

Palestra:**A Amazônia, as CEBs e a V Conferência de Aparecida***D. Moacyr Grechi e Dom Antonio Possamai**“Quem tiver ouvidos, ouça o que o Espírito diz as Igrejas da Amazônia”(Ap2e3)***I – A Amazônia****II – As Comunidades Eclesiais de Base****III – CEBs: vida e missão neste chão amazônico****I – A AMAZÔNIA**

1. Em nossa trajetória de bispos da Amazônia, vemos que não foi em vão a luta e os testemunhos proféticos dos milhares de missionários leigos, sacerdotes e religiosos neste chão amazônida. A Comissão Episcopal para a Amazônia, o Mutirão pela Amazônia, a Campanha da Fraternidade 2007, o XII Intereclesial de Porto Velho caracterizam pontos concretos de convergência nacional para que nasça uma nova consciência no país e para além de nossas fronteiras, do exercício de uma cidadania solidária e co-responsável em prol de uma nova ordem mundial, uma nova civilização e uma nova Amazônia.

2. A AMAZONIA é a maior biodiversidade do planeta, maior floresta tropical do mundo, a morada dos indígenas e seringueiros, o lar dos amazônidas. É alvo da atenção nacional e internacional, não somente pela notícia constante da internacionalização da floresta ou instalação do Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam). É o lugar onde 1/3 da população vive em condições de indigência, sem saneamento básico nem água tratada. Possui cerca de 7,19% da população nacional, e 63,35% dessas pessoas vivem em ambiente urbano. Tem ainda 600 mil quilômetros quadrados de floresta desmatada (15% da área total) e quase um terço desse total, cerca de 230 mil quilômetros quadrados sem qualquer ocupação humana.

3. A Amazônia Legal Brasileira está formada por nove Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso. O território compreende 5.030.730 km², 59% do território nacional e 65% de toda a bacia amazônica. Tem 11.248 km de fronteiras internacionais, 1.482 km de costa atlântica, 22 mil km de rios navegáveis; com 23 milhões de habitantes, dentre os quais 163 povos indígenas, que totalizam 208.000 pessoas, ou 60% da população indígena brasileira.(TB16)

4. A Amazônia é um dos maiores, diversos, complexos e ricos biomas do mundo. Vista a partir do cosmo, a Amazônia pan-americana ocupa uma área de 7,01 milhões de quilômetros quadrados e corresponde a 5% da superfície da terra, 40% da América do Sul, 59% do Brasil. Contém 20% da disponibilidade mundial de

água doce não congelada e 80% da água disponível no território brasileiro. Abriga 34% das reservas mundiais de florestas e uma gigantesca reserva de minérios. Sua diversidade biológica de ecossistemas, espécies e germo-plasma é a mais intensa e rica do planeta: cerca de 30% de todas as espécies de fauna e flora do mundo encontram-se nesta região. O sistema fluvial Amazonas-Solimões-Ucayalli representa o mais extenso rio do mundo com 6.671 km; a Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas é constituída por cerca de 1.100 rios, e o Rio Amazonas joga no Oceano Atlântico entre 200 e 220 mil metros cúbicos de água por segundo, o que representa 15,5% de toda a água doce que entra diariamente nos oceanos. Ele leva para o Oceano uma gigantesca quantidade de sedimentos, calculada em 1 bilhão de toneladas por ano. As correntes do Atlântico Norte distribuem estes sedimentos férteis ao longo da costa até a Venezuela e algumas ilhas do Caribe.(TB15)

5. A sociedade da Amazônia é constituída por povos diferentes, culturas diferentes e religiões diferentes que convivem, às vezes em conflito, nesta imensa região. São os Povos Indígenas, os Afro-descendentes, os Migrantes, os Ribeirinhos, os Possesiros, os Colonos, a População Urbana.

6. Ao relembrar a história da Amazônia e ao tomarmos conhecimento de seus povos e de seus valores, ficou claro que, nesta região, desde a ocupação portuguesa, está se travando um confronto de culturas, de modelos de vida e de projetos de desenvolvimento. Um confronto que veio crescendo a partir da época da borracha e foi se acentuando, sobretudo depois da segunda guerra mundial e durante o período da ditadura militar. (TB88)

7. Na Amazônia está se acirrando cada vez mais a histórica disputa pela ocupação do território. Há décadas os conflitos pela terra marcam toda esta região. Estes conflitos são resultados de políticas públicas, que historicamente favoreceram a concentração da propriedade, a grilagem de terras públicas e geraram a atual situação de caos fundiário. (TB94)

8. O outro pólo da disputa pelo domínio do território é constituído pelos interesses do capital e do mercado nacional e internacional. Os dados do INCRA, mesmo que defasados (1999) nos indicam que o capital controla, direta ou indiretamente, legal ou ilegalmente, quase a metade do território da Amazônia.(TB98)

Tabela 13 – Tipos de Propriedades de Terra, por área ocupada na Amazônia: Brasil, 1999

TIPO	N.º ÁREAS	HECTARES	%
Médias propriedades	43.477	24.707.879,00	4,90
Grandes propriedades	25.080	131.921.400,20	26,19
SUB-TOTAL ^I	68.557	156.629.279,20	31,09
Áreas griladas ^{II}	2009	70.462.958,00	13,99
TOTAL	70.566	227.092.237,20	45,08

Fonte: INCRA

9. O capital tem transformado a terra do povo, terra de sua vida e de seu trabalho, em terra de negócio para o lucro de poucos. Os territórios demarcados em favor dos povos indígenas, os títulos de reconhecimento de domínio expedidos em favor das comunidades quilombolas, as áreas onde são criadas unidades de conservação de uso

direto, como as Reservas Extrativistas e outras, são retiradas do mercado de terras. Estes territórios de uso ou propriedade coletiva passam a ser defendidos em conjunto. Por isso sua titulação continua a encontrar uma forte resistência por parte do agronegócio e da burocracia estatal. (TB106)

10. A realidade histórica deste processo de ocupação nos diz que tudo começa com o desmatamento de grandes áreas, para o aproveitamento da madeira. Em seguida, estas grandes áreas são destinadas à pecuária de grande porte: a Amazônia é a região brasileira que mais produz carne bovina. A esta se segue a monocultura intensiva e extensiva, com o uso de agrotóxicos e de produtos transgênicos. O desmatamento está sendo empurrado pelo agronegócio, que vem sendo divulgado como a salvação do campo brasileiro. A floresta transforma-se, em geral, em grandes extensões de espécies exóticas, como o eucalipto, ou em grandes plantações de grãos, de cana e de algodão. É importante, contudo, observar que, enquanto o IBAMA denuncia o desmatamento de novas áreas, o INCRA informa que cerca de sete milhões de hectares de terras produtivas não estão sendo utilizadas. Os dados oficiais do MMA nos informam que, na Amazônia, já foram desmatados 70 milhões de hectares de floresta; mais de 22 milhões só nos últimos dez anos. (TB107-108)

Tabela 14 – Desmatamento na Amazônia, por época e área: Brasil, 2006

Época	Hectares desmatados	% da Amazônia
Até 1980	30 milhões	6,00%
Até 1990	13 milhões	2,60%
Até 2000	15 milhões	3,00%
2000-2005	12 milhões	2,40%
TOTAL	70 milhões	14,00%

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (MMA)

11. A Amazônia só está desse jeito porque o modelo de desenvolvimento aplicado na região baseou-se em equívocos e, por isso, provocou enorme devastação das áreas de florestas. A questão amazônica sempre esteve presente no imaginário nacional e internacional, confundindo-se com algo fantástico e desafiador: depois de 500 anos de ser descoberta, a Amazônia é desconhecida. O Brasil ainda não soube construir um projeto nacional para a região, elaborado cientificamente e que promova soluções para "as várias amazônias". Não existe apenas uma Amazônia, mas que a região é um mosaico complexo, como ocorre com as demais regiões brasileiras.

12. "Pensar o desenvolvimento da Amazônia é pensar o desenvolvimento sustentável de forma geral. É um grande desafio frente a relação que o ser humano estabeleceu com a natureza", afirmou a Senadora Marina no Fórum de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Brasília. Para ela, a preservação do meio ambiente e da floresta não é tarefa apenas dos amazônidas, mas sim de toda a população brasileira. "A região não é um vazio demográfico e nem é atrasada, como já foi especulado. A floresta não é homogênea. Esses equívocos levaram à elaboração de modelos de desenvolvimento errados. Hoje em dia, a exploração desordenada (agricultura, pecuária, extrativismo e mineração) devasta a floresta. Precisamos de um modelo de desenvolvimento na Amazônia em vez de desenvolvimento da Amazônia".

13. Segundo o jornalista Washington Novaes, a humanidade vive uma crise de padrão civilizatório e passa por momentos de insustentabilidade social, política, econômica, militar e ambiental em que a discussão de novos paradigmas de desenvolvimento se apresenta como uma das saídas. "Precisamos reinventar nosso modo de viver e a Amazônia pode tirar grande benefício disso. Já foi comprovado que a expansão das fronteiras agrícolas em direção à Amazônia é contraproducente e devastadora", afirma.

14. A fatia populacional da região Norte em relação ao total do país saltou de 3,66% para 7,19%. A população urbana pulou de 37,38% para 62,35%, mas as cidades não têm toda a infra-estrutura necessária para abrigar esse movimento de migração da floresta para as cidades. A população total da região saiu de 957 mil para sete milhões de pessoas, um crescimento de mais de 630%. Mais de 10% da população não tem esgoto e cerca de 43% não tem coleta de lixo.

15. Os números do desmatamento chocam ainda mais: 600 mil km² de floresta já foram desmatados (equivalente a cerca de 15% da área total), 230 mil km² dessa área não têm ocupação humana. Há estudos que apontam a possibilidade de aumento da emissão de poluentes e perda da biodiversidade nos próximos anos. E quanto às bacias hidrográficas, quais são os efeitos dos desmatamentos sobre o sistema hidrológico? Na Amazônia ainda não se sabe, porque não há estudos. Mas no cerrado, por exemplo, já foi comprovado que interferem diretamente no funcionamento das bacias.

16. A Amazônia é responsável pela produção de 20% da soja nacional, tem 11% do rebanho bovino, 13,5% da produção mineral e quase 7% do Produto Interno Bruto (PIB). No cerrado, a erosão provoca perda de 6 a 10 toneladas de solo por quilo de grãos produzidos. Isso equivale a uma perda de um bilhão de toneladas de solo por ano. Na Amazônia, novamente, ainda não há pesquisas nessa área, mas há estudos que fornecem dados assustadores. Em 2020, estima-se que 40% da cobertura florestal tenham desaparecido e, em 2050, que a Amazônia emita mais gás carbônico do que atualmente.

17. Como vemos, a Amazônia é um capítulo extremamente complexo da história da humanidade. As formas de consolidar esses mecanismos de exploração são sofisticados, é o que há de mais avançado na inteligência, seja de estados nacionais seja de corporações econômicas de grande porte. Uma das maiores dificuldades da Amazônia é conhecê-la. A Igreja tem a missão de contribuir com seu esforço de evangelização para que os amazônidas construam pouco a pouco um novo tipo de civilização exigido pela peculiaridade dessa Região, preservando e cultivando a vida e tornando o cidadão da Amazônia a se tornar sujeito deste novo projeto civilizatório.

18. Em 2002, a CNBB constituiu a Comissão Episcopal para a Amazônia com o objetivo de ajudar toda a Igreja no Brasil a voltar os olhos para a Amazônia e a tomar consciência dos grandes desafios da evangelização naquela região. A

escolha do tema “Fraternidade e Amazônia” é expressão da mesma preocupação pastoral do episcopado; a Campanha da Fraternidade de 2007 poderá ser uma ocasião privilegiada para que também todo o Brasil tome consciência mais aprofundada sobre a complexa problemática da Amazônia, que representa para a Igreja um conjunto de novos desafios à sua ação evangelizadora.

19. As migrações levaram para a Amazônia centenas de milhares de pessoas de todas as partes do Brasil; surgiram novas áreas de povoamento, que necessitam de assistência religiosa às populações e de estruturas de vida eclesial. Nossas dioceses e prelazias eram socorridas por missionários estrangeiros, que as serviam com recursos humanos e materiais vindos de fora do País; hoje essas forças ficaram drasticamente reduzidas e as Igrejas da Amazônia ainda não estão em condições de enfrentar sozinhas a sua imensa tarefa evangelizadora.

II – AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

2.1. Origem das CEBs

1. O documento 25 da CNBB “Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil” destaca em sua origem e caminhada das CEBs (7-23), as CEBs como o “ resultado da convergência de descobertas e conversões pastorais que implicam toda a Igreja, povo de Deus, pastores e fiéis”; as paróquias como “comunidades de fé, de culto e de caridade e fermento da comunidade humana”(Plano de Emergência 1962); os leigos com um papel decisivo, sendo os novos líderes das novas comunidades;

2. A renovação pastoral acontece a partir da renovação da vida comunitária (Concílio Vaticano II); a metodologia utilizada nas CEBS é a evangelização a partir dos problemas da vida e da realidade que as comunidades apresentam; elas tem como eixo:

- a) a Igreja como Povo de Deus,
- b) a Igreja como comunhão de pessoas e sinal visível na comunidade,
- c) O protagonismo e a missão do leigo na Igreja e no mundo.

3. Na força das primeiras comunidades cristãs, as CEBs lêem a Palavra de Deus com a vida, assumem as lutas pela justiça, são solidárias, orantes e tudo partilham, na vivência do Mistério Pascal e na trajetória libertadora.

4. “A Igreja é e sempre será uma comunidade”(PPC 1966-1970): missionária, centralizada na Palavra, litúrgica, eucarística, priorizando a formação na fé e o desenvolvimento humano.

5. Diante dos desafios da extensão geográfica e a densidade populacional a criação das CEBs para que as pessoas sejam acolhidas, responsáveis e parte integrante, participando e vivendo em comunhão. Como célula inicial da estrutura eclesial, as

CEBs são responsáveis pela expansão da fé, estrutura eclesial, pela promoção humana e desenvolvimento.

6. A Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* de Paulo VI é o reconhecimento oficial das CEBs, como “lugar e meio de evangelização” e a referencia para sua caminhada. Nossas comunidades eclesiais são instrumentos da construção do Reino e a realização da esperança do povo.

2.2. Santarém: nosso Medellín amazônico

1. Foi na mais antiga prelazia do Brasil que nos reunimos para afirmar os valores humanos e sociais do povo amazônica, em prol de seu desenvolvimento e libertação, concientes dos desafios apresentados pela realidade daquele tempo: antigas e novas marginalizações; estruturas inadequadas, importadas ou opressivas: desenvolvimento econômico feito sem ou contra o próprio homem; violação de direitos básicos, como a posse da terra; injusta distribuição dos recursos materiais e dos incentivos públicos; divulgação publicitária alterando o enfoque da situação real.

2. Neste IV Encontro da Amazônia de 1972, definimos a partir do Vaticano e Medellín, levando em conta os anseios da base, as 04 prioridades pastorais norteadas por duas grandes e fundamentais Diretrizes: a Encarnação na realidade e a evangelização libertadora. Encarnação integrada à realidade concreta do homem, do lugar e das diferentes comunidades existentes, superando paternalismos e modelos importados e vivenciando permanente testemunho de vida. Evangelização libertadora que abranja a pessoa e a sociedade, envolva a catequese e a liturgia de forma progressiva e inculturada, concientize e liberte, comprometa a Igreja na lutas pelos direitos humanos.

3. As 04 prioridades foram: formação de agentes de pastoral, comunidades cristãs de base, pastoral indígena, estradas e outras frentes pioneiras. O texto que se refere às comunidades é o seguinte:

20. A criação de Comunidade Cristã de Base tem que ser um dos objetivos primários da pastoral amazônica. Sabemos que os princípios teológicos e sociológicos para orientar o estabelecimento dessas comunidades são variados e devem ser interpretados de acordo com as circunstâncias de tempo e lugar. Medellín nos dá um modelo:

a) A “Comunidade Cristã de Base” é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão. É ela portanto célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento (Medellín 15,10).

b) Nosso objetivo será por conseguinte “fazer da paróquia um conjunto pastoral verificador e unificador das Comunidades de Base. Assim a paróquia há de descentralizar sua pastoral quanto a lugares, funções e pessoas” (Medellín 15,13).

c) “Nenhuma Comunidade Cristã se edifica sem ter sua raiz e centro na celebração da Santíssima Eucaristia, por onde deve ser iniciada toda educação do espírito de Comunidade (Medellín 9,3).

Metas

21. À luz dessas diretrizes os Bispos e Sacerdotes da Amazônia procurem transformar o tipo tradicional de Paróquia:

- a) Nos centros urbanos, de molde a não mais consistir num aglomerado de fiéis sem possibilidade de engajamento na vida eclesial, mas sobretudo na participação de comunidades ambientais de Base, como fermento no meio da massa. E onde for possível tentando também organizar Comunidades Territoriais.
- b) Nas áreas rurais e interioranas, transformando as capelas de simples ponto de passagem nas “desobrigas sacramentalistas”, em centros comunitários que sejam um fermento de organização da própria comunidade para o seu desenvolvimento integral.
- c) Nas duas áreas urbanas e rural através da descoberta do outro, da integração de mútuos esforços, chegar a uma vivência cristã que seja o fator propulsor do desenvolvimento integral do homem como sujeito de sua promoção.
- d) Do processo varia de lugar para lugar de acordo com a circunstância situacional da comunidade, respeitando antes de mais nada as lideranças existentes e despertando as mesmas para sua realidade.
- e) Caso existam grupos organizados, estes, devem ser fomentados e fortalecidos dentro do próprio contexto, evitando assim o divisionismo.

Programas de ação

22. Encontros em nível prelatício sobre Comunidades Cristãs de Base, que irão sedimentar encontros regionais para uma conceituação mais amazônica de Comunidades de Base Urbanas e Rurais. pastorais através do Conselho Pastoral com seu Coordenador (a).

As exigências do Espírito Santo interpretadas pelo povo de Deus são muito claras. A crise atual nos impulsiona a encontrar soluções corajosas abandonando práticas até agora seguidas e assumindo as diretrizes inovadoras da XXXI Assembléia Regional. “Salvar o Brasil a partir do Brasil e a Amazônia a partir da Amazônia” foi o grito de Dom Erwin na Assembléia de Itaici. Na atual conjuntura de mudança em que vivemos, são incentivadoras para nós as palavras de Jesus: “Ninguém põe remendo de pano novo numa roupa velha”(Mt 9,16).

Suplicamos à Maria, mãe da Igreja da Amazônia que nos ensine a sermos atentos e fiéis à ação do Espírito que conduz as comunidades e distribui com largueza carismas e ministérios a todos os cristãos. Quem tiver ouvidos, ouça o que o Espírito diz as Igrejas da Amazônia” (Apocalipse 2 e 3).

23. Cursos:

- a) Em nível de base: de criatividade comunitária ou de animadores de Comunidades Cristãs de Base;
- b) Em nível de coordenação: de desenvolvimento de Comunidade no nível regional e, se possível também inter-regional;
- c) Participação de A.P. de nível superior e médio nos cursos de desenvolvimento de comunidade e dinâmica de grupo que estão sendo promovidos por diversas entidades.

24. Montagem de projetos ou programas de uma ação comunitária em nível diocesano ou Prelatício e que os mesmos sejam remetidos à coordenação regional para o acompanhamento e assessoramento.

2.3. Alargar a tenda das CEBs

“A Igreja arma sua tenda na Amazônia” (1997, n.50), propõe a articulação das Cebes em rede de comunidades frente aos novos desafios:

“Frente a essa crise de nossa época, as Igrejas sentem-se desafiadas a retomarem o que vêm fazendo desde sempre, porém agora com *novo ardor, nova expressão e novos métodos* (João Paulo II), a saber:

- **anunciar, especialmente aos *afastados*, o núcleo do querigma: Jesus Cristo morto e ressuscitado, “caminho, verdade e vida” (Jo 14,6) para todo homem e mulher. Toda nossa pregação há de se concentrar na Boa Nova do Amor do Pai em Cristo, pelo Espírito. O objetivo é suscitar nas pessoas uma opção consciente de fé, e por isso, um sentido de identidade e de segurança;**
- **propiciar às pessoas e às famílias uma iniciação à experiência de intimidade com Deus, vivida numa espiritualidade intensa, alimentada na contemplação da Criação, pela leitura orante da Palavra e celebrada nos sacramentos, especialmente na Eucaristia;**
- **manter sempre a opção de fé aberta nas várias direções: respeito pela religião popular, diálogo com outras religiões, inculturação, compromisso social e a prática de uma verdadeira Pastoral de Comunicação.**
- **por fim, continuar promovendo Comunidades de fé, que sejam testemunhas do**

Evangelho, eucarísticas, missionárias e libertadoras. Pois sem uma significativa rede de comunidades vivas, não há base de sustentação para nossas perspectivas pastorais. Elas constituem a raiz da força espiritual e social da Igreja.

2.4. Formar e animar Comunidades Eclesiais

No capítulo 2 do documento 80 da CNBB(3.1) “Evangelização e Missão profética da Igreja”, são apontados os caminhos para a construção de uma sociedade justa e fraterna. É a reafirmação solene, por assim dizer, de nossa prática pastoral. Formar e animar comunidades eclesiais aparece como a primeira pista para o êxito de nosso trabalho missionário.

- Cabe às paróquias fomentar a formação de comunidades urbanas rurais; recuperar o espírito missionário mediante visita às famílias, crescimento na fé, oração e vida fraterna, partilha da Palavra, celebração dos sacramentos, prática da solidariedade com os menos favorecidos;
- *“De 19 a 23 de julho realizou-se com novo ardor o 11º. Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, em Ipatinga(MG), com o tema “CEBs, espiritualidade libertadora” e o lema “Seguir Jesus no compromisso com os excluídos”, que muito contribuiu para renovar o zelo no serviço aos irmãos e irmãs mais sofridos. Hoje, movimentos e novas comunidades que procuram manter a sintonia com as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora e os Planos Pastorais das dioceses nas quais atuam concorrem para animação de grupos e comunidades eclesiais incentivando a santificação pessoal e a comunhão fraterna.”*
- Cabe aos párocos e aos agentes de pastoral maior criatividade para que o espaço sagrado se adeque às necessidades do povo de Deus: cuidar para que as Igrejas estejam sempre com suas portas abertas;organizar equipes de acolhida e plantões de escuta, promover o serviço aos excluídos, revitalizar gestos da religiosidade popular, dinamizar romarias, peregrinações, novenas, etc..
- *“E acima de tudo, dedicar tempo e energia para formar protagonistas da evangelização. O grande desafio é dar uma feição nova ao Povo de Deus, a fim de que, como fermento na massa, contribua para uma profunda renovação intelectual e moral das pessoas e de toda a sociedade, hoje particularmente devastada(Is 65,21-23).*

2.5. V Conferencia: reafirmar a opção pelas CEBs

1. A caminho da V Conferencia de Aparecida olhamos para trás, avaliamos a caminhada e a certeza das opções que não devem ser negociadas e sim reafirmadas, entre elas a **“afirmação da base laical: Igreja Povo de Deus”**:

Aconteceu revolução copernicana na concepção da Igreja. Em vez de partir da hierarquia para defini-la, afirmou-se o fato fundamental: todos somos iguais pelos sacramentos da Iniciação e na participação na

Eucaristia. A Igreja se definiu como Povo de Deus. O leigo adquiriu nela o seu verdadeiro lugar, com amplo espaço de iniciativa, liberdade, autonomia, participação, gestação de espiritualidades próprias. Em termos de América Latina, surgiram as primeiras comunidades eclesiais de base em íntima conexão com a experiência de novos ministérios leigos. Mais tarde, nas ondas de Medellín, as CEBs desenvolveram-se e Paulo VI aprofundou os ministérios não ordenados.(FAJE)

2. Ainda rumo à V Conferencia de Aparecida, Pe. Cleto Caliman faz uma leitura das conferencias anteriores de Rio de Janeiro, Medellín, Puebla, Santo Domingo para determinar o itinerário profético da Igreja na América Latina. Em Medellín uma nova compreensão da realidade e da missão evangelizadora; em Puebla uma nova estratégia pastoral, articulada a partir do pobre e não mais do poder. Santo Domingo não parte da realidade do continente, como Medellín e Puebla e sim da doutrina. Privilegia a dimensão religiosa e relativiza a dimensão sócio-política transformadora, enfraquecendo o compromisso social.

3. “Nem tudo está perdido em Santo Domingo”, diz Padre Cleto. “Nele encontramos uma chave de leitura do documento nos dois grandes temas: da promoção humana e da inculturação. Eles postulam uma nova pedagogia pastoral para o projeto da nova evangelização.”

4. Quanto à evangelização inculturada, o documento entende “a inculturação não como conceito de antropologia cultural, mas como conceito teológico, fundamentado no princípio da encarnação”. Como em toda analogia, deve-se preservar a diferença. Enquanto pela encarnação o Verbo eterno vem desde o Pai e se insere na história, numa cultura que antes não lhe cabia, na inculturação “o sujeito humano vai ao outro, já culturalmente situado, a partir de sua própria cultura. Ambos se situam no mesmo nível, marcados que estão, cada um, por sua própria cultura, sua maneira de ser, de viver e de produzir sentido, que lhes define a identidade pessoal e social.”

5. Dentre as tendências na abordagem da questão cultura e inculturação, há uma que apresenta a cultura como processo ligado ao mundo vital dos sujeitos históricos concretos. Esse mundo vital dos sujeitos culturais é diferenciado, plural. Nesse sentido, a evangelização para ser nova deve partir do pressuposto de que toda cultura pode chegar a ser cristã, ou seja, a fazer referencia a Cristo e inspirar-se nele e em sua mensagem. Essa tendência de “evangelização inculturada visa a promoção humana no sentido de libertação integral e a inculturação do Evangelho nas culturas”.

6. Cleto Caliman conclui dizendo que a Conferencia de Aparecida deve ouvir “a voz da realidade do continente, especialmente a dos pobres, no compromisso com a justiça social, a voz das Igrejas da América Latina e do Caribe, para que nossos povos tenham realmente Vida plena.”

2.6. V Conferencia: comunidades de rosto humano

Na Síntese das contribuições da Igreja no Brasil à Conferência de Aparecida, o capítulo V do Documento de Participação: Desafios e respostas pastorais, destacam as seguintes respostas aos desafios pastorais de ordem eclesiológica:

- a) Conceber a ação evangelizadora na relação intrínseca do trinômio pessoa-comunidade-sociedade.
- b) A comunidade eclesial como o lugar do encontro e da vivência da fé cristã e não movimentos eclesiais, alheios à Igreja Local.
- c) Uma Igreja viva e profética, que tem nas CEBs um novo modo de ser Igreja e um meio privilegiado de articulação entre fé e vida, cristianismo e cidadania.
- d) Definir prioridades na ação evangelizadora, sendo que uma delas, imprescindível, é a reforma das estruturas da Igreja (animação “carismática”), dentre elas, a paróquia como “rede de comunidades”.
- e) Não perder de vista, valorizar e evangelizar a religiosidade popular.
- f) A redefinição da identidade e da missão do diaconato permanente, desvinculando-o da liturgia e da sacramentalização.
- g) **Devemos insistir mais na vida comunitária, em comunidades de rosto humano. A Comunhão deve marcar o rosto que a Igreja deve apresentar ao mundo. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são um fator importante para a revitalização da Igreja nesta dimensão comunitária.**
- h) Aprofundar a dimensão do discipulado, da missionariedade na ótica feminina da Bíblia.
- i) Dar maior visibilidade aos Conselhos de Pastoral em todos os níveis: comunitário, paroquial, diocesano, regional e nacional.

2.7. CEBs: destinatárias da evangelização

Entre Medellín e Puebla aconteceu o Sínodo sobre a Evangelização no Mundo de Hoje (1974) e a subsequente Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* de Paulo VI que contribuiu enormemente para que a chave de leitura de Medellín – nova visão da realidade – se traduzisse também numa nova compreensão da missão evangelizadora. O capítulo V desta Exortação trata dos destinatários da evangelização que dá relevante importância ao papel das CEBs:

Comunidades eclesiais de base

58. O Sínodo ocupou-se largamente destas "pequenas comunidades" ou "comunidades de base", dado que, na Igreja de hoje, elas são freqüentemente mencionadas. O que vêm a ser tais "comunidades" e por que é que elas hão de ser destinatárias especiais da evangelização e ao mesmo tempo evangelizadoras?

Florescentes mais ou menos por toda a parte na Igreja, a ater-nos ao que sobre isso se disse em vários testemunhos ouvidos durante as sessões do último Sínodo, essas comunidades diferem bastante entre si, mesmo dentro duma só região, e, mais ainda, de umas regiões para outras.

Assim, nalgumas regiões, elas brotam e desenvolvem-se, salvo algumas exceções, no interior da Igreja, e são solidárias com a vida da mesma Igreja e alimentadas pela sua doutrina e conservam-se unidas aos seus pastores. Nesses casos assim, elas nascem da necessidade de viver mais intensamente ainda a vida da Igreja; ou então do desejo e da busca de uma dimensão mais humana do que aquela que as comunidades eclesiais mais amplas dificilmente poderão revestir, sobretudo nas grandes metrópoles urbanas contemporâneas, onde é mais favorecida a vida de massa e o anonimato ao mesmo tempo. Elas poderão muito simplesmente prolongar, a seu modo, no plano espiritual e religioso o culto, o aprofundamento da fé, a caridade fraterna, a oração, comunhão com os Pastores e a pequena comunidade sociológica, a aldeia, ou outras similares. Ou então elas intentarão congregar para ouvir e meditar a Palavra, para os sacramentos e para o vínculo da ágape, alguns grupos que a idade, a cultura, o estado civil ou a situação social tornam mais ou menos homogêneos, como por exemplo casais, jovens, profissionais e outros; ou ainda, pessoas que a vida faz encontrarem-se já reunidas nas lutas pela justiça, pela ajuda aos irmãos pobres, pela promoção humana etc. Ou, finalmente, elas reúnem os cristãos naqueles lugares em que a escassez de sacerdotes não favorece a vida ordinária de uma comunidade paroquial. Tudo isto, porém, é suposto no interior de comunidades constituídas da Igreja, sobretudo das Igrejas particulares e das paróquias.

Em outras regiões, ao contrário, agrupam-se comunidades de base com um espírito de crítica acerba em relação à Igreja, que elas estigmatizam muito facilmente como "institucional" e à qual elas se contrapõem como comunidades carismáticas, libertas de estruturas e inspiradas somente no Evangelho. Estas têm, portanto, como sua característica uma evidente atitude de censura e de rejeição em relação às expressões da Igreja, quais são a sua hierarquia e os seus sinais. Elas contestam radicalmente esta Igreja. Nesta linha, a sua inspiração principal bem depressa se torna ideológica e é raro que elas não sejam muito em breve a presa de uma opção política, de uma corrente e, depois, de um sistema, ou talvez mesmo de um partido, com todos os riscos que isso acarreta de se tornarem instrumentos dos mesmos.

A diferença é já notável: as comunidades que pelo seu espírito de contestação se separam da Igreja, da qual prejudicam a unidade, podem muito bem denominar-se "comunidades de base", mas em tais casos há nesta terminologia uma designação puramente sociológica. Elas não poderiam, sem se dar um abuso de linguagem, intitular-se comunidades eclesiais de base, mesmo que elas, sendo hostis à hierarquia, porventura tivessem a pretensão de perseverar na unidade da Igreja. Essa designação pertence às outras, ou seja, àquelas que se reúnem em Igreja, para se unir à Igreja e para fazer aumentar a Igreja.

Estas últimas comunidades, sim, serão um lugar de evangelização, para benefício das comunidades mais amplas, especialmente das Igrejas particulares, e serão uma esperança para a Igreja universal, como nós tivemos ocasião de dizer ao terminar o Sínodo, à medida que: **elas procurem** o seu alimento na Palavra de Deus e não se deixem enredar pela polarização política ou pelas ideologias que estejam na moda, prestes para explorar o seu imenso potencial humano; **evitem** a tentação sempre ameaçadora da contestação sistemática e do espírito hipercrítico, sob pretexto de autenticidade e de espírito de colaboração; **permaneçam** firmemente ligadas à Igreja local em que se inserem, e à Igreja universal, evitando assim o perigo, por demais real, de se isolarem em si mesmas, e depois de se crerem a única autêntica Igreja de Cristo e, por consequência, perigo de anatematizarem as outras comunidades eclesiais; **mantenham** uma comunhão sincera com os Pastores que o Senhor dá à sua Igreja, e também com o Magistério que o Espírito de Cristo lhes confiou; **jamaís se considerem** como o destinatário único ou como o único agente da evangelização, ou por outra, como o único depositário do Evangelho; mas, conscientes de que a Igreja é muito mais vasta e diversificada, aceitem que esta Igreja se encarna de outras maneiras, que não só através delas; **progridam** cada dia na consciência do dever missionário e em zelo, aplicação e irradiação neste aspecto; **demonstrem** em tudo universalistas e nunca sectárias.

Com estas condições assim, exigentes sem dúvida alguma, mas exaltantes, as comunidades eclesiais de base corresponderão à sua vocação mais fundamental; de ouvintes do Evangelho que lhes é anunciado e de destinatárias privilegiadas da evangelização, próprias se tornarão sem tardança anunciadoras do Evangelho.

2.7. CEBS: força da evangelização

1. Por ocasião do 25º. aniversário do decreto conciliar *Ad Gentes*, João Paulo II escreve sobre a validade permanente do mandato missionário, na Carta Encíclica "Redemptoris Missio". O capítulo V aponta os caminhos da missão que devem ser palmilhados pela Igreja a fim de que concretize os desígnios de Deus no mundo e na história. As Comunidades Eclesiais de Base aparecem como fonte de irradiação missionária, força evangelizadora e sinal de unidade e comunhão eclesial.

AS « COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE » FORÇA DE EVANGELIZAÇÃO

51. Um fenómeno, com crescimento rápido nas jovens Igrejas, promovido pelos bispos ou mesmo pelas Conferências episcopais, por vezes como opção prioritária da pastoral, são as comunidades eclesiais de base (conhecidas também por outros nomes), que estão a dar boas provas como centros de formação cristã e de irradiação missionária. Trata-se de grupos de cristãos, a nível familiar ou de ambientes restritos, que se encontram para a oração, a leitura da Sagrada Escritura, a catequese, para a partilha dos problemas humanos e eclesiais, em vista de um compromisso comum. Elas são um sinal da vitalidade da Igreja, instrumento de formação e evangelização, um ponto de partida válido para uma nova sociedade, fundada na « civilização do amor ».

Tais comunidades descentralizam e simultaneamente articulam a comunidade paroquial, à qual sempre permanecem unidas; radicam-se em ambientes simples das aldeias, tornando-se fermento de vida cristã, de atenção aos « últimos », de empenho na transformação da sociedade. O indivíduo cristão faz nelas uma

experiência comunitária, onde ele próprio se sente um elemento ativo, estimulado a dar a sua colaboração para proveito de todos. Deste modo, elas tornam-se instrumento de evangelização e de primeiro anúncio, bem como fonte de novos ministérios; enquanto, animadas pela caridade de Cristo, oferecem uma indicação sobre o modo de superar divisões, tribalismos, racismos.

De fato, cada comunidade, para ser cristã, deve fundar-se e viver em Cristo, na escuta da Palavra de Deus, na oração onde a Eucaristia ocupa o lugar central, na comunhão expressa pela unidade de coração e de alma, e pela partilha conforme as necessidades dos vários membros (cf. *At 2, 42-47*). Toda a comunidade recordava Paulo VI - deve viver em unidade com a Igreja particular e universal, na comunhão sincera com os Pastores e o Magistério, empenhada na irradiação missionária e evitando fechar-se em si mesma ou deixar-se instrumentalizar ideologicamente. O Sínodo dos Bispos afirmou: « uma vez que a Igreja é comunhão, as novas comunidades de base, se verdadeiramente vivem em unidade com a Igreja, elas representam uma verdadeira expressão de comunhão e um meio eficaz para construir uma comunhão ainda mais profunda. Por isso, são um motivo de grande esperança para a vida da Igreja ».

2.8. CEBS: sinal de vitalidade na Igreja

A Congregação para o Clero lançou o Diretório Geral para a Catequese que foi aprovado pelo Papa João Paulo II em 1997. As Comunidades Eclesiais de Base são indicadas como via e lugar da Catequese e sinal de vitalidade na Igreja (Parte V, cap 3):

AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

263. As comunidades eclesiais de base tiveram uma ampla difusão nas últimas décadas. Trata-se de grupos de cristãos que « nascem da necessidade de viver mais intensamente ainda a vida da Igreja; ou então do desejo e da busca de uma dimensão mais humana do que aquela que as comunidades eclesiais mais amplas dificilmente poderão revestir... ».

As comunidades eclesiais de base são um « sinal da vitalidade da Igreja ». Os discípulos de Cristo nelas se reúnem para uma atenta escuta da Palavra de Deus, para a busca de relações mais fraternas, para celebrar os mistérios cristãos em suas vidas e para assumir o compromisso de transformação da sociedade. Paralelamente a estas dimensões propriamente cristãs, emergem também importantes valores humanos: a amizade e o reconhecimento pessoal, o espírito de co-responsabilidade, a criatividade, a resposta vocacional, o interesse pelos problemas do mundo e da Igreja. Daí pode resultar uma enriquecedora experiência comunitária, « verdadeira expressão de comunhão e um meio eficaz para construir uma comunhão ainda mais profunda ».

Para ser autêntica, « toda comunidade... deve viver em unidade com a Igreja particular e universal, na comunhão sincera com os Pastores e o Magistério, empenhada na irradiação missionária e evitando fechar-se em si mesma ou deixar-se instrumentalizar ideologicamente ».

264. Nas comunidades eclesiais de base pode desenvolver-se uma catequese muito fecunda:

– O clima fraterno, no qual se vive, é um ambiente adequado para uma ação catequética integral, sempre que se saiba respeitar a natureza e o caráter próprio da catequese.

– Por outro lado, a catequese serve para aprofundar a vida comunitária, uma vez que assegura os fundamentos da vida cristã dos fiéis. Sem tais fundamentos, as comunidades eclesiais de base dificilmente serão sólidas.

– A pequena comunidade é, enfim, uma meta adequada para acolher aqueles que concluíram um itinerário de catequese.

III – CEBS: VIDA E MISSÃO NESTE CHÃO AMAZÔNICO

3.1. As CEBs das linhas e travessões, das estradas e periferias são centros de participação

1. As Ceb's do Acre começaram em 1970 e foram possíveis pela tradição missionária com que a então Prelazia começou: além de chamar o povo para a igreja, procurava-se o povo para andar com ele. A Prelazia de Rio Branco nasceu

missionária com os Servos de Maria: bispos como Dom Próspero Bernardi ou Dom Júlio Matioli, passavam meses nos seringais nas famosas desobrigas, religiosos como pe. Paulino; se identificaram com os índios e seringueiros, ou como Pe. Heitor visitando com as irmãs “casa por casa, colocação por colocação”. “A nossa Igreja começou por esta prática de pastoral missionária que pode ser realizada de formas diferentes a cada época, porque houve esta escolha fundamental: sair do templo e ganhar as ruas e os rios”(Pe. Máximo Lombardi)

2. As Cebbs em seguida substituirão as desobrigas com as viagens missionárias, pois a finalidade não será mais só visitar, mas fundar outras novas Cebbs. Surgem assim Cebbs nos rios e nas estradas (Pastoral das Estradas e dos Rios, assessorada pela CPT). Nas casas dos bairros de periferia (Pastoral da periferia, assessorada pelo CDDH), para a Igreja caminhar com o povo, dialogar e colaborar com todos os homens de boa vontade e compartilhar “alegrias e esperanças, tristezas e angústias” (GS 1).

3. As Cebbs começaram a construir o Reino de Deus, não, porém entre as quatro paredes da sacristia, mas sim lá onde o povo chora e luta, trabalha, se alegra e sofre na fadiga de uma vida sempre incerta. A evangelização saía do Templo para anunciar Jesus nas estradas, nos rios, nos varadouros, nas casas e nos ambientes de trabalho.

4. Em 1970 os leigos de Rio Branco foram chamados pelo bispo Dom Giocondo para uma reunião especial: eram homens e mulheres que já se destacavam nas várias associações com Legião de Maria, Apostolado da oração, Vicentinos, Liga Católica Jesus Maria José. Foi o início de um novo jeito de ser Igreja. Em 1972, Dom Moacyr assumiu a Prelazia, e os leigos começaram a entender melhor a posição que os leigos deveriam ter na Igreja: verdadeira corresponsabilidade, isto é, mais do que uma simples colaboração. Foi providencial a presença das Associações Católicas nas agir como co-responsáveis em força de seu batismo, mas na diversidade dos carismas e dos ministérios próprios de cada um. De uma Igreja piramidal se passou a uma igreja circular, isto é, comunhão. Do coordenador da Ceb se dizia: “Ele trabalha em pé de igualdade com o padre”.

5. Certa vez, numa reunião do bispo com os padres, chegou um grupo de seringueiros, que pela janela reclamavam ao bispo: “Os homens de que o senhor batizou as crianças, nos jogaram fora de nossa terra e queimaram nossas casas”. Foi um das dezenas de casos que acompanharam o surgimento e o amadurecimento das Cebbs e que converteram bispo, padres e leigos para viver e servir dentro do mundo.

6. Nas Cebbs foi bastante amadurecido o relacionamento Igreja – Mundo, como a espiritualidade da encarnação. Se a Igreja se coloca acima do mundo, se faz servir, acumulando privilégios, poderes e riqueza. Se a Igreja vive fora do mundo, se tranca na sacristia ou no escritório, sem interesse nem envolvimento com os

problemas do povo. Se vive ao lado do mundo, olha-o com inimizade, com desprezo e o combate para conquistá-lo. Se a visão da Igreja for assim, Fé e Vida andam separadas. As Cebes levaram a Igreja a viver dentro do mundo, a serviço do mundo. As Cebes tem tentado habitar no meio desta realidade social, como já fez Jesus que escolheu uma terra, uma língua, uma cultura, uma história onde lavar os pés, amar e se entregar.

7. A orientação constante da diocese sempre foi a de equilibrar a formação sobre os compromissos de culto, de anúncio, de sacramentos, de organização interna das Cebes, com a formação sobre conhecimentos e compromissos para com os problemas sociais, econômicos e políticos. Enfim, a característica das Cebes sempre foi a interação entre fé e vida, entre aceitação do Evangelho e a ação concreta nas diferentes realidades sociais. Os Grupos de Evangelização recebiam mensalmente durante anos, material de reflexão para “a vista clarear” à luz do Evangelho, iluminando a realidade social em que se vivia.

V.ANEXO 1(CEBs de Porto Velho e Machadinho)

V.ANEXO 2(Conjuntura de Ji-Paraná)

ANEXO 3 - A Igreja da Amazônia – CEBs e Norte I

ANEXO 4 - Conjuntura Amazônica

3.2. As Comunidades de base em questão

1. Clodovis Boff apresenta o Estatuto Eclesiológico das CEBs e oferece uma visão global das Comunidades eclesiais de base, a partir do Seminário organizado pelo ISER, editora Paulinas, livro “As Comunidades de Base em questão”. Em seu levantamento constam as CEBs e sua situação na Igreja de hoje, a participação na Igreja, o compromisso na sociedade, Bíblia e espiritualidade, o catolicismo popular e o trabalho do símbolo, os sacramentos do batismo e eucaristia e a relação das CEBs com os novos movimentos da Igreja.

2. No estatuto eclesiológico das CEBs (página 171 do livro em referência), destacamos como elementos constitutivos das CEBs:

- As CEBs são “comunidades”, distintas dos movimentos e pastorais da Igreja, constituídas de serviços pastorais, movimentos, estruturas de articulação, diferentes níveis de estruturação, com variedade de expressões do catolicismo popular;
- AS CEBs não são e nem querem ser a única estrutura da Igreja, no entanto, como o “novo modo de toda a Igreja ser”, é uma parte importante que se articula organicamente com todas as outras instâncias de modo privilegiado: é Igreja-Povo de Deus, Igreja de comunhão e participação, Igreja popular e libertadora.
- As CEBs são “eclesiais” porque são comunidades de fé, de comunhão e sacramentais.
- As CEBs são comunidades de “base”, porque são células iniciais de estruturação eclesial, unidades eclesiais menores, dotadas de todos os elementos constitutivos de uma Igreja.

- As CEBs, organizadas em rede, constituem a estrutura institucional da Igreja. Nelas existem alguns ministérios, um programa de ação e uma coordenação.
- As CEBs são participativas e comprometidas(democrático-libertadoras), inculturadas e evangelizadoras.

3. *CEBs: a que ponto estão e para onde vão* é o tema da análise apresentada por Clodovis(pág.251ss). Pela sua importância, as CEBs são um processo universal e orgânico: universal porque não é uma proposta eclesial localizada e particular, mas um processo difuso em todo corpo eclesial: busca fazer e viver comunidade. Orgânico porque não é modismo e sim “algo que nasce do corpo mesmo da Igreja e que toca em suas estruturas de sustentação(processo estrutural).

4. As CEBs com seu novo modo de fazer, geraram novos atores(vários ministérios leigos), novas estruturas(novos organismos, Intereclesiais, conselhos em vários níveis) e novas práticas(prática hermenêutica em seu novo modo de ler a Bíblia; prática teológica como a da libertação; prática celebrativa como a espiritualidade de luta; prática missionária evangelizando de porta em porta; prática social como os mutirões, ajuda mútua, bandeiras sociais; prática política como luta pela democracia, opção pelos pobres; prática cultural de forma comunitária e participativa.

5. AS CEBs são e querem ser Igreja. Em termos institucionais dependem dela e aí está sua força e fraqueza. São células que só tem sentido se ligadas ao corpo da Igreja. Se do ponto de vista canônico gera uma dependência que as mantém em estado de “minoridade”jurídica, de outro lado é garantido às CEBs uma justa autonomia(Puebla): “Quando merecem o seu título de eclesialidade, elas podem reger, em solidariedade fraterna, sua própria existência espiritual e humana”(n.641). Por motivos de princípio(convicção de fé) e estratégico(jamais separadas da Igreja), as CEBs, apesar dessa situação contraditória, mantiveram sempre os laços de comunhão.

6. Ao analisar a participação na vida da Igreja, Frei Clodovis Boff entra na estrutura interna das CEBs e avalia as três dimensões essenciais que garantem a sobrevivência de nossas comunidades:

- a participação na vida da Igreja;
- o empenho na sociedade
- e a centralidade da Bíblia no confronto com a vida.

7. A dimensão da participação na vida eclesial: as CEBs são e querem ser comunidades participativas: na vida de fé, nos serviços e decisões. “O novo sujeito eclesial não se situa mais debaixo do padre, mas ao lado dele, em comunhão hierárquica com ele. Esse novo poder encarna o poder-serviço do Evangelho: é um poder colegial, eleito, por tempo determinado.(pág 261) As CEBs são comunidades circulares, de poder participativo e democrático.(pág 284)

8. Analisando a dimensão do compromisso social das CEBs, Clodovis lembra que os pobres constituem os primeiros destinatários da evangelização e que as CEBs dos pobres merecem uma atenção privilegiada na Igreja de Jesus.(pág 270) E hoje como ficam as classes médias? De que forma são atingidas pelas CEBs? Como atingir pastoralmente o universo dos excluídos?

9. As CEBs são uma matriz de luta social; sua dinâmica leva para o social e provém do confronto fé-vida(Bíblia-realidade). A fé comprometida toca níveis elementares da vida do povo, tais quais, a cultura de novos valores e as relações cotidianas. O novo modo de ser Igreja deve gerar um novo modo de fazer luta sindical e um novo modo de fazer política partidária.

10. Avaliando a crise das CEBs e de seus agentes, Clodovis responde que essa crise generalizada provém da própria sociedade (neoliberalismo/globalização/derrotas políticas/mídia,etc..) e da Igreja (centralização de poder/novos movimentos intimistas/assistencialismos que não geram transformações sociais e libertação).

11. Avaliando a terceira dimensão que caracteriza o traço essencial das CEBs, Clodovis afirma que a Bíblia ocupa o primeiro lugar na vida das CEBs e compõe seu núcleo fundante. O que identifica as comunidades eclesiais é a Palavra de Deus confrontada com a vida e com a realidade social. Ela é o segredo da força das CEBs. Trata-se de uma leitura libertadora, comunitária e orante: a Igreja de Cristo se constrói ao redor e em cima da Palavra de Deus, que convoca, cria e recria as CEBs. Paulo Sarpi(1623) afirma que “a Igreja se forma e se reforma pelo vigor da Palavra” (condição sine qua non para que viva).

12. Clodovis avalia ainda as tensões entre CEBs e catolicismo popular, enfatizando a simbologia, riqueza para esta em detrimento às comunidades. Existe a criatividade simbólica nas celebrações mas não cria uma tradição nova que recolha e consolide as experiências positivas das CEBs. São desafios trabalhar o simbólico no mundo urbano; a pastoral dos excluídos, privilegiar a liturgia.

13. As CEBs e os sacramentos(pág 289): o culto dominical(celebração da Palavra) é central nas CEBs; a Palavra precede o sacramento; ao invés de sacramentalização, evangelização. É o sentido de catecumenato: um longo discipulado para os sacramentos de iniciação. É o crescimento da comunidade que pede pela celebração sacramental. A Eucaristia é um dos pontos altos das CEBs. Pela contingência do clero, distâncias, tempo há um espaço entre as missas. As celebrações da Missa são sempre festivas. Com a catequese presente, temos a primeira Comunhão. Onde é possível, nas Celebrações da Palavra há a distribuição da comunhão. O desejo da Eucaristia revela a fome de Deus de nosso povo e se insere no “votum sacramenti”. No entanto, se nenhuma Igreja é madura se não for uma comunidade verdadeiramente eucarística como que as CEBs amadurecerão se as celebrações eucarísticas são eventos raros na Amazônia? Serão comunidades imperfeitas, anormais?

14. Analisando a relação das CEBs com os novos movimentos, Clodovis ressalta que enquanto as CEBs são de natureza estrutural da Igreja, os movimentos pertencem à dimensão funcional, não existindo necessariamente incompatibilidade. (As CEBs são Igreja em movimento e não movimento de Igreja. Ao Corpo(rede de comunidades) pertence a graça(charis) enquanto que aos membros(movimentos) os dons(charismata). Os movimentos devem se articular com as CEBs em seus vários níveis.

15. Concluindo, as CEBs continuam uma opção pastoral decisiva, centro das atenções e dos esforços teológicos e pastorais da Igreja: “se o pobre não estiver no centro estrutural de nosso modelo de igreja, então estaríamos, do ponto de vista do evangelho, frente a uma situação profundamente estranha”?(pág.304). Enfim, queremos uma Igreja onde as comunidades dos pobres estejam no seu centro, tal qual a prática de Jesus e da Igreja primitiva. “A Igreja de Cristo não se constituiu a partir da academia platônica ou do liceu aristotélico, mas antes a partir do zé-povinho”(sed de vili plebicula) S.Jerônimo.

3.2. As CEBs ribeirinhas e a pastoral das curvas

1. Grande parte da população da Amazônia legal vive em pequenas comunidades normalmente formadas por conjuntos de, no máximo, 20 residências, localizadas de forma bastante dispersa às margens dos rios e igarapés da região. Estas comunidades são tradicionalmente chamadas de comunidades ribeirinhas. Totalmente afastadas dos grandes centros produtores e sendo o rio a única via de transporte, as comunidades ribeirinhas vivem exclusivamente da pesca, agricultura e artesanato. As relações comerciais são praticadas, na maioria das vezes, sob a forma de escambo entre comunidades vizinhas e, quando há excedente, este é vendido no centro urbano mais próximo.

2. Há variedade e certos aspectos constantes. Seria interessante ler o precioso livrinho de Dom Gutemberg Freire Regis, amazonense e por longos anos Bispo onde prevalecem as CEBs ribeirinhas (no inverno, sua Prelazia, Coari, fica com 72% de seu território alagado) . “Sinto dentro de mim que a expectativa mais profunda, na Amazônia ribeirinha, é a solidariedade passada para as pessoas, pelo menos neste momento histórico de final de século XX”. Seria o que queremos conseguir com uma evangelização inculturada:

- Hábitos fraternos aprendidos,
- Maneira de rezar, trabalhar e divertir-se comunitariamente e individualmente, motivadas pelo respeito e serviço cristão,
- Familiaridade com a Palavra de Deus como referencia básica para os valores pessoais e comunitários,
- Compromisso com a vida da família crista
- Co-responsabilidade pelo bem comum (cidadania).

3.3. CAZUMBÁ: testemunho permanente(Andréa Zílio)

1. Conhecer a comunidade de Cazumbá, que fica localizada às margens do rio Macauã, no município de Sena Madureira, é muito mais que observar de perto um modelo diferente de organização. O local é um exemplo nato de uma união que visa o bem-estar coletivo, ultrapassa a teoria e funciona na prática. Perseverança, coragem e determinação não faltam a essas pessoas. Gente guerreira, que cresceu respeitando a floresta e quer se manter ali, buscando melhoria e desenvolvimento, sem agredir a aliança de harmonia com o verde que a cerca.
2. Muito se falou e foi mostrado sobre Cazumbá, mas o lugar é sempre motivo de pauta para a imprensa, pesquisadores, estudantes e profissionais da área ambiental e social de vários lugares do Brasil e do mundo. Nenzinho é peça fundamental na organização de Cazumbá, que aconteceu de forma espontânea sob sua liderança. A comunidade teve seu primeiro embate no final dos anos 70, contra o Incra, para evitar que aquelas terras fossem incorporadas ao projeto de Colonização Boa Esperança.
3. Depois vieram os obstáculos para conseguir melhoria de vida, educação, saúde e uma outra opção de escoarem seus produtos - o que se resolveu com a abertura de uma estrada que só funciona no verão. Um homem de estatura baixa, que mostra no olhar e sorriso o orgulho ao falar de Cazumbá, Nenzinho não esquece as dificuldades que precisa enfrentar. Diz ser uma luta incansável.
4. Para chegar a Cazumbá, são 144 km de Rio Branco a Sena Madureira, depois de 30 minutos de carro até às margens do rio Caeté, o ponto de partida rumo ao Macauã, rio que nos mostra uma grande lição de união. São mais quatro horas em um pequeno barco, empurrado por um motor.
5. O relato de Nenzinho: “Quando minha família veio para cá, os vizinhos ficavam bem distantes. Com o apoio de padre Paolino, padre Heitor e Adelino, minha mãe começou a trabalhar pela igreja como monitora. Ela faleceu em 1980 e pediu para que não saíssemos desse lugar. Eu entendi que rezar era uma das coisas importantes da vida, só que faltava um trabalho aqui. Em 1986, começamos a falar em uma associação. Fomos amadurecendo a idéia e em 1993 oficializamos a Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá. Com a queda do preço da borracha e o fato de morarmos distantes, coloquei a idéia de criar uma agrovila. Isso facilitaria, porque unidos poderíamos correr atrás de recursos para melhorar nossas vidas trabalhando em outras atividades. No início quatro famílias aceitaram a idéia e hoje elas são 30. Cazumbá é um sonho que se tornou realidade. No artesanato, criação de animal silvestre, bovino, produção de farinha, todos têm chance de fazer sua parte em um interesse que é coletivo. Buscamos crescer em união.”
6. Além dos vários parceiros que tem a comunidade de Cazumbá: prefeitura de Sena Madureira, Ibama, Governo do Estado, Incra e Governo federal -, existem vários projetos que estão acontecendo ou que foram aprovados recentemente pelo

Ministério do Meio Ambiente. Um dos que está sendo executado é a construção de novas casas para a população. Hoje, as articulações da comunidade são várias. O projeto Biodiversidade, ao foi aprovado pelo governo italiano que está repassando R\$ 2 milhões de dólares para financiar pesquisa, construção de fábrica para industrialização de óleo vegetal, capacitação e melhoramento da produção de farinha.

7. O líder comunitário que se dedica integralmente à mobilização dos projetos da comunidade extrativista, afirma: “Todos têm uma função importante aqui, mas alguém precisa sair e correr atrás das coisas, porque elas são muito burocratizadas”. Nenzinho faz questão de contar toda a história na qual a população é protagonista de uma vontade coletiva. Ele explica que manter esse espírito de coletividade só foi possível porque há o exercício do Evangelho, em que praticar o bem comum é essencial. “A força e união da comunidade fazem a associação existir. Isso tudo é graças ao Evangelho. Não dá para acompanhar um processo desse e se limitar”, diz.

8. Nenzinho diz que as intenções da comunidade de Cazumbá vão além e pretendem atingir toda a Reserva Extrativista Cazumbá/Iracema, ou seja, repassado para os moradores que residem ao longo dos 75 mil hectares a idéia de que é possível se unir em um trabalho organizado, buscando a melhoria na qualidade de vida. Hoje, a comunidade Cazumbá recebe nas casas água encanada, que possuem banheiros com sanitário, luz elétrica, antena parabólica e um telefone comunitário. “A gente não quer trazer todo mundo para Cazumbá, porque aí seria uma cidade, que é do que estamos fugindo. A idéia é criar comunidades e a associação em cada uma e criar um conselho deliberativo da reserva, na qual todas serão representadas para buscar mais”, diz Nenzinho.

9. Ao mencionar a comunidade, uma pessoa testemunha sobre a vida de união das pessoas. É um grande passo para a cidadania, por passarem a ter mais noção de direitos e deveres, inserção na sociedade na qual todos são importantes. O pensamento das pessoas em olhar para o grupo e não para si. “Por terem nascido de uma comunidade eclesial de base, a fé os une”, ela afirma. E as crianças crescem com esses conceitos de respeito à natureza. Acho que não dá para burocratizar e apenas a estrutura pode ser replicável, porque o espírito dessa idéia tem de ser aperfeiçoado a cada realidade. Gostei de ver a busca por melhorias. As pessoas não têm que se conformar em viver mal. Tem de haver noção de cidadania e acreditar que são cidadãos, seja em uma favela ou à margem de um rio. Se o governo não faz, elas têm de se unir e buscar, conclui.

ANEXO 1 –

1. A IGREJA DE PORTO VELHO: DESAFIOS E ORGANIZAÇÃO PASTORAL
2. A VIDA DAS CEBS DE MACHADINHO

1. A Arquidiocese de Porto Velho possui uma área de 84.696 Km² e compreende os municípios de Ariquemes, Porto Velho, Itapuã D'Oeste, Cujubim, Vale do Anari, Buritis, Alto Paraíso, Monte Negro, Campo Novo, Machadinho do Oeste, Cacaúlândia, Rio Crespo e Candeias do Jamari. São 24 paróquias e mais de 620 Comunidades Eclesiais de Base. Alguns dados dos Municípios que pertencem à Arquidiocese:

- **Buritis:** Sua população 42.686 habitantes (Censo 2004)
- **Ariquemes:** altitude: 142m; população: 86.901 habitantes; área: 4.995,3 km²
- **Cacaúlândia:** área: 2010,4 km²; população: 5454.hab.; altitude: 205 m
- **Candeias do Jamari:** área 6867,6 km²; 17.338 hab; altitude: 0 m
- **Alto Paraíso:** área: 2658,7 km²; altitude: 0m; população: 16.504 habitantes; somente 1.050 possuem rede tratada pela Caerd e 2.008 possuem eletricidade. Criação do Município: 13/2/92; dista de Porto Velho 211 km. Tem mais de 100 mil cabeça de gado; somente 01 Centro de saúde, 5 postos e 1 unidade mista. Em 2001, registrou 5.400 casos de malária e em 2002, 2.096 casos.
- **Cujubim:** area: 4034,9 km²; altitude: 95 m; população: 9.233 habitantes
- **Itapuã d'Oeste:** população: 8695 habitantes
- **Machadinho d'Oeste:** altitude: 102m; área 8556,1km², população:30.000 h
- **Monte Negro:** área: 1413,4 km²; altitude: 0m; população: 16.874 hab. Possui mais de 150 mil cabeças de gado; Um Centro de Saúde, 15 postos, 01 Unidade Mista e 01 Unidade de diagnose. 2.192 casas tem água tratada pela Caerd e 2.300 tem luz> Casos de malária registrados em 2002: - de 1000.
- **Vale do Anari:** altitude: 140m; população: 10.957hab.; área 3136, 35km².
- **Rio Crespo:** área: 1729,95km²; população: 3.602 habitantes; altitude: 0 m
- **Campo Novo** área 3.455,9km²; altitude: 0m; população: 18606 habitantes.
- **Porto Velho:** município e capital do Estado de Rondônia. Localiza-se à margem direita do rio Madeira (afluente do rio Amazonas), estando a uma altitude de 85 metros. Sua população estimada em 2005 é acima de 400.000 habitantes. Possui uma área de 34082 km². Tornou-se município em 1914, quando ainda pertencia ao Estado do Mato Grosso. Em 1943, com o município de Guajará Mirim passou a constituir o Território Federal do Guaporé, que em 1956 passou a ser denominado Rondônia, e veio a ser elevado à categoria de Estado em 1981.

2. **A Igreja católica no Estado de Rondônia** teve diversas fases de trabalho missionário. A fase que precedeu imediatamente a grande migração foi marcada principalmente pela ação dos padres salesianos, que de Porto Velho partiam em missão, com a tradicional “desobriga”. Uma ou duas vezes por ano visitavam os seringais, os ribeirinhos, os garimpeiros e os índios.

3. Com a grande migração programada e incentivada pelos governos militares, Rondônia foi de certa forma tomada de assalto por um povo que buscava terra. O povo proveniente de quase todo o Brasil, não tinha padres e religiosos para acompanhá-los: sentiam-se como “ovelhas sem pastor”, numa terra estranha. Os dados do censo do ano 2000 revelam uma situação nada tranqüila. Vejamos os números: Rondônia é o Estado menos católico do Brasil com 57,6% da população. É também o estado que ocupa o 2º lugar no Brasil em número de pessoas sem religião: 12,5%.

4. Estes números apontam para o seguinte: a diminuição do percentual de católicos continua; o aumento do percentual de evangélicos também continua; aumenta aqueles que se declaram sem religião. As Igrejas evangélicas se mostram muito dinâmicas e até mesmo agressivas na procura de novos adeptos. Os membros da Igreja católica mostram-se indiferentes quanto à missão de evangelizar. Muitos ainda permanecem católicos, mais por tradição familiar do que por razões de convicção e de fé.

5. Permanece a mentalidade da dependência do padre. Enquanto entre os evangélicos predomina a convicção de que todo evangélico deve ser missionário e aproveita todos os espaços para falar

de Jesus e de sua Igreja, entre os católicos, em geral, isto não acontece. Com a migração do povo da área rural para a urbana, na cidade muitos deixam a prática religiosa, não se inserem em nenhuma comunidade, não são procurados pelos católicos. Este fato acarreta conseqüências negativas para a fé, para a família, para os jovens e para as crianças. Enquanto as outras Igrejas vão conquistando sempre mais espaço nas escolas, na política, na saúde, nos hospitais, nas cadeias e penitenciárias, nos meios de comunicação social, na formação da juventude, os católicos mantêm-se indiferentes, ausentes, e até críticos, principalmente no que toca aos campos político e social. Para outros a religião torna-se a busca de utilidade para o indivíduo, sentido para a vida, paz interior, terapia ou cura de males, sucesso na vida e nos negócios.

6. Diante de tantos males que afligem nosso povo, como: a corrupção praticada nos poderes públicos, a violência policial, a violência entre o povo, a falta de ética, a exploração, a acumulação da riqueza nas mãos de poucos, a destruição da família, a união de casais sem o sacramento do matrimônio, a prática do aborto, crianças abandonadas, adolescentes e jovens em vias de marginalização.

7. De outro lado, constatamos o empenho de muitos católicos na formação de comunidades e grupos de reflexão, espírito de doação ao povo por parte de agentes, leigos, irmãs e padres; catequistas, educadores na fé, ajudam o povo a celebrar no dia do Senhor, agentes de pastoral que animam as pastorais sociais, lutam nos movimentos populares e nos sindicatos, na defesa da vida para o povo.

8. **Desafios à ação pastoral:** em Rondônia, a política agrícola está sendo organizada em vista da exportação. Com esta opção, está privilegiando e promovendo a monocultura da soja e a pecuária extensiva. Cerca de 200 mil hectares já são ocupados com a soja; cultivo incentivado pelo atual governo estadual. A pecuária avança sempre mais. Em 1970, segundo os dados, o Estado tinha 23.125 cabeças; em 1991 passou a ter 3.937.210 cabeças, em 2003, 9 milhões de cabeças de gado bovino; em 2005, são mais de 10 milhões de cabeças.

9. Outro desafio são a construção de diversas usinas hidrelétricas, em sua maioria de forma ilegal, como as usinas do Governador do Estado Ivo Cassol. Este fato está acarretando diversas conseqüências graves para o povo: o desaparecimento de certos rios e igarapés, a agressão a povos indígenas que perdem os rios como principais fontes de alimentação e como via de navegação, além da expulsão de muitos pequenos proprietários de suas terras, que enfraquece a agricultura familiar e provoca o desânimo nas comunidades. O povo vai perdendo sua identidade rural. A maior vítima atingida é a juventude rural que não enxerga perspectivas futuras de vida digna. Este êxodo rural de inúmeras famílias, provoca a migração para as novas fronteiras agrícolas, para as cidades e para o exterior.

10. As conseqüências desse êxodo são a concentração de terra nas mãos dos latifundiários e a geração de sérios conflitos. No Estado, no ano de 2003 havia 36 acampamentos de Sem Terra e a violência no campo já tinha resultado em 5 mortes. Concretamente, nenhum assentamento tinha sido implementado. Até as áreas que já estavam em processo de emissão de posse, tiveram seus processos retidos pelo órgão federal. Ocorreram vários conflitos, por causa de ocupações em áreas de reservas biológicas, áreas indígenas, áreas desapropriadas pelo Estado. Numerosos grupos de pessoas que são incentivadas e financiadas por políticos e grupos de madeireiros a ocupar estas terras, sendo que, em alguns deles com a participação e conivência de funcionários públicos.

11. Nunca houve no Estado, uma política séria e planejada de ocupação territorial. Desde Rondon, a tônica tem sido a desorganização na ocupação territorial. O zoneamento de 1988 e 2000, já nasceu em conflito com o Código Florestal. A grande briga contra a Medida Provisória MP 2166, era mais para defender os interesses da pecuária extensiva, da monocultura da soja e da extração criminosa de madeira, do que da organização territorial do Estado, de forma economicamente sustentável.

12. Vemos crescer a cada dia a degradação do meio ambiente, através do desmatamento irresponsável em especial das matas ciliares, seguido de queimadas, o uso indiscriminado dos agrotóxicos e outras agressões à natureza, provocando a diminuição e o envenenamento da água e o enfraquecimento da terra provocando sérios riscos para a saúde da população e o

desequilíbrio do meio ambiente. A realidade territorial de Rondônia, segundo o IBAMA, deveria ser a seguinte: 35% de áreas protegidas, 30% de áreas desmatadas, 40% de capoeira. Entretanto, no zoneamento 1, onde se previa 50% de desmatamento, já foi desmatado acima de 70%.

13. Enquanto isso, o governo do Estado incentiva madeireiras ilegais, chegando ao ponto de impedir a polícia florestal de autuar madeireiros ilegais que tiram madeira de áreas indígenas e de preservação ambiental. Agrava-se o problema com o fato de haver deputados que articulam, na Assembléia Legislativa, a redução dos parques estaduais e outras áreas indígenas. O uso de agrotóxico destrói toda a defesa da terra tornando-a improdutiva. O meio ambiente é ignorado também nas cidades. Quase não há serviços de saneamento básico, há pouco progresso no tratamento e no fornecimento de água saudável para o povo, quase não há canalização e tratamento dos esgotos e o lixo a céu aberto torna-se uma ameaça à saúde do povo.

14. O poder em Rondônia está nas mãos de alguns grupos poderosos. Empreiteiras constituídas por empresários e as vinculadas a deputados; certos ramos de indústria, uns autônomos, outros articulados, como o caso de alguns frigoríficos e laticínios; grupos evangélicos; o setor EMATER, com os mais variados e estranhos projetos agrícolas, que tem sido não só um curral eleitoral, no sentido de influência, mas de projeto financiador de futuros deputados e prefeitos; temos ainda o setor das empresas de comunicação que trabalham em rede e muitos deste ramo respondem à processos na justiça; proliferam as fundações instituídas por deputados e que a cada 2 ou 3 meses, captam vultosas verbas estaduais e até federais, em prejuízo das instituições públicas, como o caso do dinheiro destinado à saúde pública. O pivô destas “instituições” gira em torno de alguns deputados, muitos deles compõem a atual mesa diretora da Assembléia legislativa/ RO.

15. A disputa pelo poder, vinculando política e economia no Estado, tem se dado entre o governo e a Assembléia Legislativa. O Estado está no cenário nacional de forma muito negativa. O conflito permanece, mesmo que aparentemente tenha sido resolvido. Os parlamentares com seus interesses são os que ditam a política de Rondônia. Atualmente todos estão sob investigação e processos. A Igreja enviou Carta Aberta à População denunciando a auto-absolvição dos deputados.

16. O êxodo rural provoca o inchaço nas periferias das cidades, o aumento do desemprego, a destruição de muitas famílias, alcoolismo, menores de rua, droga, prostituição, e a conseqüente miséria. Inúmeras famílias são condenadas a residirem em ambientes que ferem a sua dignidade. A falta de um planejamento urbano adequado, sucateia os órgãos públicos que são responsáveis pelo saneamento básico, saúde pública, educação, meios de transporte, etc. deixando a população desatendida. A falta de recursos humanos, baixos salários, a corrupção administrativa, a falta de equipamentos necessários para realização dos serviços e funcionários não capacitados profissionalmente ferem o relacionamento e atendimento ao público.

17. A influência negativa dos Meios de Comunicação Social, em geral está provocando a desestruturação familiar, a troca de valores, a perda da identidade, o desinteresse político, o desânimo, a apatia e o comodismo diante da realidade, produzindo uma sociedade consumista e individualista. Os Meios de Comunicação Social deixam de cumprir sua legítima missão para se tornarem instrumentos em proveito de grupos políticos e empresariais com ambições políticas.

18. As cidades ou núcleos urbanos existentes em nosso Estado não foram e não estão sendo planejadas. Não foram pensadas para ser a “boa casa” dos seus habitantes. A questão urbana não deve ser encarada como um espaço de competição, mas de ações cada vez mais fortes de evangelização. A cidade é lugar do isolamento e da perda da própria personalidade. Evangelizar a cidade é um desafio muito grande, tanto em sua dimensão de cidade, como de grupos, idades, estruturas e famílias.

19. No âmbito social, percebemos o crescimento acentuado e desorganizado de nossas cidades. Este crescimento é fruto do êxodo rural e da migração. Gera desafios que preocupam a ação da evangelização. É também causa do empobrecimento, que por sua vez é causado pelo desemprego e pelo alto custo de vida. Tudo isto provoca a desestruturação familiar, que, por sua vez, tem como conseqüência a violência, a prostituição, as drogas, as crianças e adolescentes de rua, a gravidez precoce e a ausência dos jovens nas escolas e universidades.

20. A Igreja tem também uma dívida com os Povos Indígenas, em relação à Evangelização. Rondônia abriga diversos povos indígenas em seu território, muitos deles tem acompanhamento do CIMI. Os índios atendidos pela Pastoral Indigenista estão conseguindo voltar a sentir orgulho de serem índios, às suas práticas culturais, tais como: as festas, o cultivo da terra conforme suas antigas tradições, os casamentos, a partilha comunitária. Em algumas regiões, o conflito é acirrado, como o caso dos Cinta-Larga. Persistem fortes agressões a estes povos: invasão de suas terras; roubo da madeira; garimpagem de ouro e diamantes com a conseqüente agressão à saúde física, moral e cultural dos índios; a tomada de seus rios e terras pelas hidrelétricas; os preconceitos da sociedade envolvente. Estas agressões, às vezes, são facilitadas por parte de lideranças indígenas, aliciadas pelos invasores. Constatamos a incompetência e o desinteresse da instituição governamental, a FUNAI.

21. Rondônia, pelos dados do Censo 2000, destaca-se como sendo o Estado com o maior número de evangélicos e como o segundo estado menos religioso do Brasil. 27,8% dos rondonienses se declararam evangélicos e 12,5% se declararam sem religião. Devido a um forte proselitismo praticado por grupos evangélicos, é grande, agora principalmente nas cidades, a passagem da Igreja Católica para outras Igrejas ou para outros movimentos religiosos. As Santas Missões Populares tem sido uma resposta na formação da consciência missionária.

22. Olhando a nossa Igreja sob o ponto de vista comunitário sente-se a falta de novas iniciativas pastorais, a diminuição dos Grupos de Reflexão, em sua grande maioria freqüentados quase somente por mulheres. São poucos os católicos que assumem compromissos de ordem política e social. A falta de sacerdotes compromete a continuidade da evangelização, o acompanhamento das comunidades, a presença eucarística nas paróquias.

23. A Amazônia é a periferia do Brasil e continua sendo terra de missão, missão que está ainda no começo, e que devemos empenhar-nos com todas as forças no seu serviço. Acredito que esteja nascendo, a partir da Comissão da Amazônia uma solidariedade missionária, e muitos cristãos estão sentindo o chamado para um contato mais direto com os povos da Amazônia, para que conheçam Cristo e o seu Evangelho, respeitando as diferentes culturas aí existentes (Projetos específicos desta Comissão: igreja-irmã, escola vocacional, parcerias com CRB, CF 2007, etc..)

24. É a missão que renova a Igreja, revigora a sua fé e identidade, dá-lhe novo entusiasmo e novas motivações. Ao falar da urgência da evangelização missionária, sabemos que ela constitui o primeiro serviço que a Igreja pode prestar aos diversos povos e nações, contudo, na Amazônia e mais precisamente em Rondônia, na Arquidiocese de Porto Velho, os padres, religiosos e leigos missionários são bem-vindos para ajudar-nos a promover as vocações missionárias; a formar seminaristas e novos padres diocesanos, a estimular a formação das lideranças, a atualizar o ensino da catequese, a criar diaconias e a articular a rede de comunidades. Enfim, a atividade missionária deve atingir seus objetivos de servir à pessoa, revelando-lhes a Boa Nova e o amor de Deus manifestado em Cristo Jesus.

25. A realidade pastoral de Porto Velho está marcada pelos dois regionais com características distintas: Regional Porto Velho e Regional Ariquemes. Há uma Coordenação única de Pastoral Arquidiocesana, na equipe arquidiocesana tem um membro articulador do regional Ariquemes.

26. Ao invés de falarmos de cada pastoral em nível diocesano, vamos acentuar como é a realidade pastoral numa paróquia articulada em rede de comunidades eclesiais.

Conclusão: Vamos encerrar este momento com o testemunho de Padre Luiz Faustino sobre o Padre Juquinha, quando estava sendo ameaçado de morte (ambos cedidos pela Arquidiocese de Mariana, Minas Gerais): O Missionário e seu testemunho de fé : Ele segue, radicalmente, o Mestre. Decidiu deixar tudo para seguir Jesus. Lá, em Amparo da Serra, MG, ficou a família, a enxada e a foice, os amigos e tudo mais. Com um pequena mochila, de sandálias nos pés e um boné do MST na cabeça, rumou da Arquidiocese de Mariana-MG, para Porto Velho-RO. Estamos falando de Pe. José Geraldo da Silvaⁱⁱ, carinhosamente denominado Juquinha. Seu jeito mineiro do interior, com aparência de um trabalhador comum, esconde um grande ideal, embora ainda bem jovem. Trabalha nas Paróquias de Santa Clara, periferia de Porto Velho, e Nossa Senhora da Conceição, em Candeias do Jamari. Graças ao seu dinamismo na

ação pastoral, novas comunidades vão se organizando. Sua prioridade são as questões sociais, mas precisamente, o Movimento Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Organizou na Paróquia de Candeias a Cooperativa de material reciclável e a Comissão Justiça e Paz. Esta última, tão logo começou atuar, lhe custou perseguição do Prefeito Municipal de Candeias do Javari. Foi caluniado e processado pelo prefeito, juntamente com mais dois colegas. De pouca estatura, mas não tem nada a ver com Zaqueu. Nunca subiu em árvore para ver Jesus. Ele o vê sempre no rosto dos excluídos, no meio de quem vive. Ele “não tem onde reclinar a cabeça”, literalmente falando. Lembra bem o povo mineiro tão acolhedor: onde se anoitece, se dorme. Sua cama é apenas uma esteira. Nunca rejeita café. Seguindo as recomendações de Jesus (Lc 10), come o que lhe oferecem, se oferecem (Porque será que está tão magrinho!!!) É muito difícil entender como alguém pode caluniar e perseguir alguém que nada tem, nada busca, senão justiça social e vida plena para o povo. É só olhando a cruz de Cristo que é possível entender, quando e porque seus seguidores são perseguidos, afinal “o discípulo não maior do que o Mestre”. Juquinha é um pequeno grande homem capaz de se aniquilar “para que Cristo seja tudo em todos”.

ANEXO 3 - A Igreja da Amazônia – CEBs e Norte I

3.1. Projeto Calha Norte

1. **Em dezembro de 1986, frente ao projeto Calha Norte**, nos reunimos (bispos do Norte para que a Igreja da Amazônia se posicionasse diante das conseqüências negativas do Projeto. O fracasso de muitos projetos governamentais do passado resultou, sem dúvida do não atendimento dessas e de outras advertências e contribuições feitas por diversas entidades interessadas no real progresso do homem na Amazônia.
2. O objetivo fundamental de “Segurança e Desenvolvimento” que orientou toda a política dos governos militares, sem incorporar os princípios democráticos e participativos que deveriam fundamentar a Nova República, repete-se nesse projeto a característica dos tempos do regime autoritário, de marginalizar a sociedade civil, os seus legítimos representantes e o principal interessado: o povo amazônida, indígena e não-indígena, quando se trata do estudo, da elaboração e da execução de projetos.
3. As conseqüências do Projeto “Calha Norte” para as populações indígenas são desde a aceleração do processo de destruição da cultura indígena e de destribalização, sob o pretexto de integração à Sociedade Nacional à rejeição das medidas de demarcação das terras indígenas. Além da ameaça à saúde dos índios pelo contato indiscriminado com os “brancos”, acelerando-se o processo de dizimação dos grupos indígenas, já verificado quando da implantação da Perimetral Norte; insistência de uma política indigenista direcionada pelas Forças Armadas, à revelia dos povos indígenas. Inchaço administrativo da FUNAI, aumentando o controle sobre as comunidades indígenas, em detrimento de sua autonomia e da demarcação e regularização de suas terras.
4. Para as populações não-indígenas, as conseqüências são: o desperdício de recursos financeiros, materiais e humanos que deveriam ser voltados para os interesses reais da população local; estímulo à migração oriunda de outras regiões sem as condições necessárias de inserção econômica e uma infra-estrutura que garanta atendimento à saúde e educação, representando portanto uma verdadeira violência contra esses migrantes e renovando experiências comprovadamente falidas; destruição de formas tradicionais de exploração do solo adequadas às condições ambientais com a introdução de formas de exploração impróprias à região; implantação de uma forma de desenvolvimento fictício e surgimento de povoados artificiais e instáveis com distorção das atividades econômicas e desintegração dos valores culturais e morais; presença nas áreas de mineração, de mão de obra duramente explorada, isolada, em sua maioria distante de suas famílias; choque cultural e conflitos entre os diversos grupos que deverão coexistir na região.
5. Para a Sociedade Brasileira em geral: agressão ao meio ambiente e saque dos recursos naturais

da região amazônica com sua entrega aos grandes grupos econômicos, em prejuízo de seus legítimos detentores.

6. Diante dessas conseqüências danosas para as comunidades de fronteira, nós bispos assumimos:

- a) Informar as lideranças indígenas e seus povos sobre o conteúdo e as conseqüências do Projeto.
- b) Apoiar as Organizações Indígenas, unindo-as em torno de um valor que lhes é caro: o amor à terra.
- c) Pressionar o Governo com vistas à demarcação imediata das terras indígenas.
- d) Reafirmar a importância da solidariedade e presença da Igreja junto à população da região, especialmente aos índios.
- e) Informar os diversos segmentos da Igreja, notadamente os bispos de outras regiões do país, inclusive mediante reuniões específicas.
- f) Promover o debate em todos os setores da sociedade.g). Informar as organizações internacionais sensíveis à questão indígena.
- g) E, sobretudo, confirmar o princípio da defesa do Homem acima dos interesses econômicos.**

3.2. Bispos e CEBs da Amazonia

1. Em 1987, os bispos do Norte I avaliaram a caminhada dos últimos 15 anos, ou seja, a partir do marco histórico dos Documentos de Santarém (1972) e de Manaus (1974), com suas Diretrizes Básicas (Encarnação na realidade e Libertação integral), suas opções prioritárias (Formação de Agentes Pastorais autóctones em todos os níveis, CEBs, Pastoral Indigenista, Frentes Pioneiras e Juventude), que deram à nossa Igreja Regional um rosto próprio.
2. Em meio aos desafios: distâncias enormes, isolamento, falta de clero e agentes, situação sofrida e quase asfíxiante em que vivia e ainda vive a maioria de nosso povo, clima de tensão e conflito que repercutia dolorosa e tragicamente no dia-a-dia de nossas Igrejas o esforço para favorecer a comunhão e a Pastoral Orgânica entre as nossas Igrejas.
3. O clamor de uma Igreja em meio a um povo martirizado, injustiçado e escravizado de mil maneiras: nos povos indígenas gravemente ameaçados (alguns grupos já quase exterminados) pelos Grandes Projetos Governamentais, mineradoras e inclusive pelo Projeto Calha Norte, que atingia mais de cinquenta mil indígenas; nas migrações maciças e sem um mínimo de condições; nas grandes massas humanas que estavam se concentrando nas periferias desumanas de nossas cidades; nos desmatamentos irracionais e em grande escala; na depredação de nossos rios; na multidão de jovens sem perspectivas de um futuro melhor.
4. Diante de toda essa realidade em rápidas e profundas transformações, reafirmamos nosso firme propósito e compromisso de estarmos, como igreja regional, a serviço do projeto de Deus para este povo, que é sempre um projeto de vida, de salvação e de libertação integral.
5. A articulação do episcopado da região amazônica teve início em 1952 com a realização do primeiro encontro de Prelados da Amazônia. Dez anos depois, em 1962, a CNBB criou os Secretariados Regionais, entre os quais o da Região Norte. Em 1967 o Regional Norte foi desmembrado em dois. Durante este período, a preocupação maior da CNBB foi a organização, a participação nos programas de desenvolvimento do governo e a resposta aos desafios internos da Igreja.
6. O ano de 1972 foi um marco histórico na caminhada da Igreja na Amazônia. Depois da Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín, os bispos do Regional reuniram-se em 1968 para tentar dar uma resposta aos desafios apresentados para a atualização do Concílio na América Latina. Depois de um período de articulações e entendimentos, foi convocado em Santarém-PA, um encontro inter-regional dos bispos de toda a Amazônia. Este encontro foi um marco histórico na caminhada da Igreja na Região ao definir 'Linhas Prioritárias da Pastoral da

Amazônia”. Estas linhas prioritárias foram concretizadas em duas diretrizes básicas, quatro prioridades e quatro series de serviços pastorais: Diretrizes básicas: Formação de agentes de Pastoral, **comunidades cristãs de bases**, pastoral indígena, estradas e outras frentes pioneiras. Serviços: Organização em nível nacional, inter-regional e regional; institutos de pastoral; assessoria jurídica e técnica; meios de comunicação social.

7. Dois anos depois(1974) do encontro de Santarém foi realizado em Manaus o V Encontro inter-regional para avaliar a caminhada na aplicação das linhas prioritárias da pastoral da Amazônia. A partir desta avaliação foi feita uma reformulação das quatro linhas prioritárias, acrescentando uma quinta: PASTORAL DA JUVENTUDE. Na reformulação das Linhas de Pastoral nota-se a preocupação por explicitar melhor os conceitos e os conteúdos do Documento de Santarém. Os Institutos de Pastoral de Manaus e de Belém receberam a tarefa de “preparar estudos analíticos que, aprofundando a situação regional sob vários pontos de vista (antropológico, religioso, social, econômico, histórico) possam cada vez mais orientar o empenho das dioceses e Prelazias”.

8. Em 1979: nova revisão das Linhas Pastorais da Amazônia após Puebla. A partir do Encontro de Manaus, todos os anos a Assembléia dos Bispos da Região realizou-se ao redor de um tema a ser aprofundado. Em 1979 teve lugar a 3ª Conferência Episcopal Latino Americana em Puebla e a Assembléia Regional aproveitou a ocasião para fazer uma revisão das Linhas Pastorais comuns. **Partindo de uma análise da realidade foram detectados desafios e sinais de esperança e também foram apresentadas as preocupações pastorais mais urgentes: a) Comunidades Eclesiais de Base**, dando ênfase especial à pastoral familiar e da Juventude; b) Formação de Agentes de Pastoral, dando particular atenção a promoção vocacional sacerdotal e a outros agentes de pastoral; c) Opção pelos irmãos oprimidos e marginalizados, dando-se destaque aos índios, lavradores e posseiros e aos moradores de periferias.

9. O ano de 1984 significou os grandes projetos como um tema comprometedor. A Assembléia Regional de 1984 foi precedida por um Seminário sobre os Grandes Projetos da Amazônia e o tema central foi “Nossa atuação pastoral à luz das conclusões sobre os Grandes Projetos”. Participaram do Encontro os Bispos e mais três pessoas de cada circunscrição eclesial. Merecem atenção os ‘Desafios para a ação da Igreja frente aos problemas criados pelos grandes projetos’.

- Descolonizar a estrutura da Igreja, formando e informando permanentemente através do CENESCH, das casas de Formação, de Cursos e de Encontros agentes de pastoral, leigos e futuros padres a adquirirem uma consciência evangélico-libertadora, ligada à vida e à realidade amazonense e comprometidos e solidários com o povo;
- Reorientar os objetivos do CENESCH;
- Aprofundar o conhecimento sobre os Grandes projetos através da realização de seminários abertos, denunciando injustiças com provas e o genocídio programado do autóctone e cobrando soluções;
- Continuar levantar dados, analisando-os e refletindo-os com o povo, organizando na luta e resistência;
- **Ampliar apoio aos movimentos populares, às organizações sindicais de base e criar ou reforçar as CEBs;**
- Preparação e participação no encontro Nacional das CEBs;
- Criar uma equipe de comunicação e informação em nível regional para informar CNBB e os órgãos anexos, despertando-os para os grandes problemas da Amazônia;
- Apoio da CNBB aos organismos que lutam nas bases (CIMI, CPT, PO, etc);
- Alertar as igrejas do centro-sul quanto ao problema das colonizações no10. Defender a posse e o uso da terra;
- 11. União e organização de todos os movimentos a partir da base;
- 12. Assumir a causa indígena;
- 13. Criar a Pastoral da Pesca Norte 1.

10. O ano de 1987 foi um novo marco nas orientações e atuação pastoral da Amazônia Ocidental. A Assembléia Regional de 1987 foi mais um marco na caminhada da CNBB regional, após quinze anos do Encontro de Santarém, com vistas a uma atuação comum ao período 1987-1990. A Assembléia fez a avaliação da caminhada do Regional a partir dos marcos históricos de Santarém e Manaus (1972 e 1974) prestando atenção especialmente às prioridades assumidas. Citaremos aqui a formação dos leigos e as CEBs:

1ª) Formação de Agentes de Pastoral

- a) Progressos:
- Foi incentivada a formação de agentes autóctones em nível popular. Nas várias Prelazias e Dioceses intensificaram-se os cursos de preparação de agentes de Pastoral. As lideranças estão sendo formadas em função da comunidade;
 - Em nível superior foi marcante a atuação do CENESCH, bem como outros cursos de Catequeses;
 - A partir de 1976 cresceu o interesse de organização das Comunidades;
 - A Igreja do Regional está adquirindo a sua identidade própria.
- b) Regressos:
- Nos movimentos faltou a preocupação pela caminhada eclesial em conjunto;
 - Despreparo de alguns religiosos enviados à Amazônia para assumir a realidade local.
- c) Contribuição do Regional:
- Assistência no campo da antropologia através do CENESCH;
 - Apoio e solidariedade entre as Igrejas particulares.

2ª.) Comunidades Eclesiais de Base

- a) Progressos
- Está se criando uma nova consciência de Igreja com a organização do povo, criação de novos ministérios e valorização do leigo.
- b) Regressos
- Ainda tem padres que centralizam em si mesmos todos os ministérios;
 - O CENESCH não deu o devido valor ao Curso de desenvolvimento de comunidade.
- c) Contribuição do Regional
- O Regional promoveu dois encontros de CEBs;
 - Enviou vinte representantes ao 67 Encontro Nacional de CEBs;
 - Existe uma comissão provisória para organizar os encontros regionais e nacional de CEBs

11. O MARCO TEOLÓGICO QUE ORIENTOU A PASTORAL REGIONAL A PARTIR DE 1987

- **Uma Igreja que procura sua nova IDENTIDADE: As CEBs apontam para um novo modo de ser Igreja.** É uma Igreja que cresce para um modelo de Fraternidade, com responsabilidade de todos, a partir da Consagração Batismal; com ministérios ou funções diversas, mas todos a serviço da Igreja, isto é, da comunidade eclesial e de sua missão.
- **Missão, a razão de ser da Igreja:** Somos uma Igreja no meio de um povo martirizado e escravizado de mil maneiras. Basta pensar nas aflições causadas pelos problemas das migrações, problemas de terra, problemas dos indígenas, problemas da juventude, problemas de pesca... e, além disso, as manipulações múltiplas no campo da comunicação, da propaganda, do comércio, da educação e até da religião. O que deveria ajudar o povo dos pobres a levantar a cabeça, freqüentemente ajuda a massacra-lo mais e o impede de ser organizado e de tomar consciência de sua situação e de seus direitos.

Em meio a tudo isso encontramos-nos como igreja Regional. A igreja está a serviço do projeto de Deus, que é um projeto de salvação. Salvação que significa libertação de diferentes, de uma sociedade diferente, de uma justiça, de amor e de paz, com chances de vida para todos e sinal do reino definitivo.

12. OS CRITÉRIOS FUNDAMENTAIS PARA A ATUAÇÃO PASTORAL NO REGIONAL NORTE 1: para orientar toda a atividade pastoral da região amazônica ocidental, a Assembléia Regional da CNBB propos voltar os olhos para o marco histórico dos documentos de Santarém e de Manaus, recuperando deles as Diretrizes Básicas e atualizando as prioridades e os serviços. Com esse pano de fundo, o Regional assumiu o Objetivo Geral da Ação Pastoral da Igreja no Brasil e as seis Linhas-Dimensões em que se concretiza o objetivo:

a) Queremos realizar uma pastoral encarnada e libertadora

“Exigidas pelas sementes do Verbo presente na realidade desde a criação do mundo e pela conduta do próprio Cristo que quis identificar-se com tudo o que era humano, exceto o pecado, a nossa encarnação deve consistir num total entrosamento com a realidade concreta do homem e do lugar (linguagem, valores, problemas)” (LPPA A21).

“De nada serviria a nossa enarnação se não soubéssemos enxergar a finalidade que lhe é própria e que nos deve nortear desde o começo: quebrar as cadeias da escravidão espiritual, psicológica e sócio-ccômica em que o nosso homem se encontra; superar a condição de estaticidade e inferioridade em que ele vive, ao ponto de nem suspeitar a sua vocação a uma vida ressuscitada” (LPPA A31).

b) Queremos realizar o Objetivo Geral da Igreja no Brasil

Evangelizar - o povo brasileiro em processo de transformação social, econômica, política e cultural,- anunciando a plena verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, - à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, - pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, - visando formar o Povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e fraterna - sinal do Reino definitivo.

c) Queremos desenvolver a vida eclesial seguindo as seis dimensões assumidas pela CNBB Nacional: Linha 1: Dimensão comunitária e participativa, Linha 2: Dimensão missionária, Linha 3: Dimensão catequética, Linha 4: Dimensão litúrgica, Linha 5: Dimensão ecumênica e de diálogo religioso, Linha 6: Dimensão profética e transformadora (Cf. Documento da CNBB n. 38)

13. PERFIL DA IGREJA QUE QUEREMOS CONSTRUIR NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Das justificativas que motivam as propostas de destaques e novos encaminhamentos do Regional para os próximos quatro anos apareceram alguns traços marcantes do perfil da Igreja que queremos construir na Amazônia ocidental. São os seguintes:

a) Uma Igreja que viva intensamente a comunhão eclesial:

- superando o isolamento, que por circunstâncias históricas e geográficas, durante muitos anos caracterizou as nossas Igrejas Particulares;
- criando canais de comunicação interna e de ação pastoral conjunta.

b) Uma Igreja que responda aos grandes desafios pastorais da região:

Alguns desses desafios já são antigos, outros são provocados pelas novas situações: os Grandes Projetos, a problemática indígena, o êxodo rural, o solo urbano, o mundo do trabalho... A juventude emerge também como desafio para a Igreja pelo número e pela importância que tem na vida eclesial do presente e do futuro.

Diante da realidade descobre-se o martírio do povo e sente-se a necessidade de assumir atitudes proféticas de acordo com as exigências dos tempos.

c) Uma Igreja que forme seus Agentes de Pastoral (Padres e Leigos) para dar respostas às realidades locais:

A Amazônia tem características próprias dentro do contexto nacional. Por isso, a influência de elementos culturais de outras regiões do Brasil e do mundo no campo pastoral precisa ser equilibrada com o aprofundamento das exigências de formação para atuar nos projetos eclesiais regionais.

As estruturas de formação da região também deverão estar a serviço do elemento específico regional.

d) Uma Igreja que use os meios adequados para a evangelização: Circunstâncias especiais exigem meios próprios também na evangelização: as Comunidades Eclesiais de Base, o exercício dos ministérios diversificados e o uso dos meios de comunicação social, de modo especiais, devem ser vistos com características regionais.

6. PRIORIDADES PASTORAIS DO REGIONAL NORTE 1 PARA O PERÍODO 1987 a 1990

A partir da avaliação realizada e tomando em consideração as reflexões feitas pelo plenário, a Assembléia assumiu quatro prioridades-destaques, para os próximos anos. **A Assembléia também quis que as Comunidades Eclesiais de Base fossem consideradas o lugar preferencial da atuação pastoral da Igreja e corno pano de fundo para a atuação das prioridades.**

6.1. Grandes desafios pastorais e sociais

O primeiro compromisso que a Assembléia marcou para a atuação do Regional nestes próximos anos são os grandes problemas de ordem social, econômica e política que afligem o povo da região (Grandes Projetos). Problemas que constituem grandes desafios pastorais a serem enfrentados pela Igreja do Norte e especialmente pelo CIMI e CPT.

Para concretizar esse compromisso a Assembléia propôs:

6.1.1 - Por ocasião da Assembléia anual, a CNBB regional deverá escolher um tema relacionado com esses desafios para aprofundamento;

6.1.2 - **O CIMI** e a CPT continuarão servindo ao Regional como assessoria, informação e acompanhamento dos casos.

6.2. Pastoral da Juventude

A juventude, numericamente a parte mais importante desta região amazônica, vem sendo ameaçada de mil maneiras pelos transtornos e convulsões de ordem social, política, cultural e religiosa. Em meio a tudo isso se sente entregue a um certo abandono por parte da sociedade e até por parte da Igreja. Não se trata só de jovens ligados ou engajados na Igreja.

Para dirigir o olhar e os seus esforços aos jovens da região, a Assembléia assumiu as seguintes propostas:

6.2.1 - Liberar assessores em nível regional, facilitando-lhes uma formação específica adequada para o exercício desta missão;

6.2.2 - Criar uma equipe de coordenação regional.

6.3. Formação de agentes de pastoral, padres e leigos

As necessidades pastorais da Região exigem um esforço redobrado na formação de grande número de agentes de pastoral para os diversos ministérios. A qualidade desta formação deverá tomar em consideração as características específicas da Região. Para este serviço a Assembléia pediu:

6.3.1 - Que se reestruture o CENESCH, de acordo com os objetivos de fundação, dando continuidade ao curso de Teologia de férias e de Pastoral;

6.3.2 - **Tentar chegar a uma nova modalidade (Regional) de Projeto “Igrejas-Irmãs”;**

6.3.3 - Favorecer encontros de formadores de clero diocesano com intercâmbios;

6.3.4 - Organizar cursos de extensão nas Dioceses / Prelazias sob a coordenação e assessoria do CENESCH ou outros Institutos.

ANEXO 4

CONJUNTURA AMAZÔNICA

1. Amazônia: perdida no rumo da história: Jornalista Lúcio Flávio Pinto(2004). A grande imprensa não se preocupa e não tem nenhuma função com a tarefa de aproximar a agenda do cidadão com a agenda da história, principalmente a elite local, com sua mente colonizada, acha que estar na Amazônia é uma coisa de sacrifício, provinciana. No entanto aqui é um lugar maravilhoso, privilegiado para o intelectual estar. Porque aqui se faz história e a gente vê a história surgir, se desenvolver, as vezes consumir o seu ciclo e terminar. Eu por exemplo vi o ciclo do manganês no Amapá, vi começar e a sair os navios do porto de Santana e vi se exaurir

umas das mais ricas jazidas de um dos mais estratégicos minerais do mundo do qual os EUA, a mais poderosa nação, não tem auto suficiência e por isso tem uma política nacional, anual de como trazer manganês para alimentar os altos fornos do parque siderúrgico americano. Se a gente hoje compara o que foram os 50 anos da exaustão de uma das melhores jazidas de manganês do mundo e analisa o início da exploração e alguma exaustão que já ocorreu nas áreas novas, nós andamos para trás.

2. Quando a gente vê o projeto da fábrica que fornece a maior quantidade de alumínio para o Japão, ALBRÁS, quem construiu foi uma empresa estatal, o porto foi uma empresa estatal. O resultado se contrapõe à retórica do momento, do desenvolvimento auto sustentável. A Amazônia é um capítulo extremamente complexo da história da humanidade. As formas de consolidar esses mecanismos de exploração são extremamente sofisticados, é o que há de mais avançado na inteligência, seja de estados nacionais seja de corporações econômicas de grande porte. Uma das maiores dificuldades da Amazônia é conhecê-la. É uma dificuldade enorme, porque as vezes o conhecimento que nós temos é visual, empírico, ou baseado nas teorias mais sofisticadas que dispensam a realidade.

3. A Amazônia é um processo irracional. É concebível que se comece a construir uma hidrelétrica com um orçamento de US\$ 2bi e se chegue ao fim com um custo de US\$ 10bi? É concebível que você traga a maior fábrica de alumínio do mundo e no período de 20 anos você vende só de subsídio tarifário uma nova fábrica de graça. Quando a gente pega o PAS (Plano Amazônia Sustentável, lançado abril 2003 por Lula), e vê logo no início do plano o que ele diz quanto foi investido na Amazônia nas últimas 4 décadas, o valor é chocante, US\$ 6bi por ano de investimento. Em qualquer região do mundo, essa região se desenvolveria. Você tem uma obra pública de US\$ 10bi e não haver desenvolvimento nos leva a conclusão que não há vida inteligente nesse lugar, não há vontade nesse lugar, esse lugar é destituído de gente e de história. Eu acho que isso é um atestado da impotência. Em parte a impotência dos que participam do processo, poderiam perceber essa realidade de transformá-la, e em parte do estado nacional. E em parte daquela unidade do poder público que tem poder arbitral.

4. O Atlas do Desenvolvimento, pelo Pnud, Ipea e Fundação Joaquim Nabuco, o IDH, mostra essas duas realidades claras. Primeiro, apesar de todos esse investimento nós crescemos menos do que o Brasil. A Amazônia, que deveria ser a região com desenvolvimento mais acelerado para suplementar a insuficiência da poupança nacional. A nossa renda per capita é pouco mais da metade da renda per capita nacional. A Amazônia tem 61% do território brasileiro, 12% da população e só 6,5% do PIB. Nem aritmeticamente o nosso perfil econômico corresponde à nossa realidade demográfica. Segundo, a concentração da renda gerada na Amazônia é maior do que no Brasil. O sonho de que aqui é a fronteira brasileira acabou, de que aqui poderíamos realizar uma realidade diferente do Brasil.

5. Esse resultado danoso de enorme concentração da pouca renda que resta na Amazônia, e do desenvolvimento menor do que do próprio país, é um atestado da falência das elites como atores para o desenvolvimento. O presidente Lula lançou, em abril, uma revolução, através do Plano Amazônia Sustentável, para mudar o modelo agrário pelo modelo florestal. E tudo o que acontece na Amazônia é devido à matriz do modelo agrícola. A frente de expansão que estava vindo para cá tem uma irracionalidade com uma causa muito clara, a floresta não vale. O conceito de valor é o VTN (valor da terra nula). Por 4 décadas foi esse o combustível da expansão da fronteira da Amazônia, da integração da Amazônia ao Brasil. O presidente propõe então que coloquemos o eixo no aproveitamento da floresta, desenvolvimento sustentável, modelo agro-florestal. Ao invés do colono agrícola, o colono florestal. Mas se nós formos analisar a história recente, os últimos 50 anos na Amazônia, vemos que nenhum povo destruiu mais floresta que o brasileiro na Amazônia. Nós destruimos em 4 décadas 17% da Amazônia.

6. A Amazônia, apesar de eu poder dizer que é vítima de um velho modelo de exploração colonial, as formas de consolidação desse modelo, são sofisticadas. Por exemplo esta fábrica da Albrás fornece 15% de todo o alumínio consumido no Japão e é a maior fábrica japonesa de alumínio do mundo Essa fábrica para dar ao Japão ganhos maiores do que recebeu, ela adotou uma nova forma financeira, que foi a dupla qualidade cambial. Quando perde em dólar

transforma o contrato em yen e quando perde em yen transforma em dólar. E é uma coisa tão violenta que em 1987 a variação cambial desse empréstimo significou mais que o orçamento do estado do Pará. Este exemplo nos mostra que essas unidades tem um poder imensamente maior. E como nós não temos um conhecimento do processo e nossa vida está desligada dos fatos concretos, nós ficamos impotentes e incapazes de compreender.

7. No momento em que o Japão fecha todas as suas fábricas em território japonês e transfere para o Brasil essas fábricas, garantindo com que o Japão mantivesse sua infra-estrutura industrial, temos um momento oportuno para o Brasil. E que deveria ter sido de mobilização dos intelectuais. Um momento para se preservar e preparar a Amazônia para entrar na divisão internacional do trabalho. Estas são as possibilidades que a história oferece e houve falhas.

8. Essas possibilidades estão agora. Nesse momento estamos iniciando um processo que será deflagrado em 2004 com o início a produção de cobre. Inúmeras tarefas que poderiam ser desempenhadas pela sociedade estão fora do alcance dela porque a sociedade não está vendo. Hoje temos cobre e não temos política, sendo o Brasil um dos maiores exportadores de cobre do mundo e vamos ter de continuar importando cobre. Porque não existe mais o arbitramento do estado nacional.

E parece que a Amazônia só serve para gerar divisas, gerar dólares para pagarmos a dívida pública. Assim teremos uma retórica com uma dissonância cada vez maior da realidade. Seja na direção que faz o caminho da soja ou dos minérios.